

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA
(PPGSCA)

Washington Napoleão Eufrazio

**A TRAVESTI PINTA O ROSTO PRA VIVER?:
AS VIVÊNCIAS DAS TRABALHADORAS DO SEXO NA CIDADE DE MANAUS**

MANAUS – AM

2017

WASHINGTON NAPOLEÃO EUFRÁZIO

**A TRAVESTI PINTA O ROSTO PRA VIVER?:
AS VIVÊNCIAS DAS TRABALHADORAS DO SEXO NA CIDADE DE MANAUS**

Dissertação apresentada para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Simone Eneida Baçal de Oliveira

MANAUS – AM

2017

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Eufrazio, Washington Napoleao
E86t A travesti pinta o rosto pra viver?: : As vivências das
trabalhadoras do sexo na cidade de Manaus / Washington
Napoleao Eufrazio. 2017
87 f.: 31 cm.

Orientadora: Prof Dra Simone Eneida Baçal de Oliveira
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Trabalho sexual. 2. Travesti. 3. Emancipação. 4. Sociedade. I.
Oliveira, Prof Dra Simone Eneida Baçal de II. Universidade Federal
do Amazonas III. Título

DEDICATÓRIA

Dedico às trabalhadoras do sexo e a todas as travestis assassinadas no Brasil

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus.

Agradeço...

À minha mãe, Amazonina, que me ensinou a ser uma pessoa honrada e sincera, Por estar sempre ao meu lado apesar das dificuldades da vida. Ao Willys, meu irmão, que foi meu incentivador na vida acadêmica, incentivou-me nos primeiros passos para o estudo, sempre acreditando no meu sucesso. À Joyce, minha namorada, por está ao meu lado, conversando sobre a pesquisa e apresentando outras percepções.

À Professora Dra. Simone Eneida Baçal de Oliveira, minha orientadora, pelas pontuações fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, além das conversas informais sobre a vida, que me ajudaram a entender a profundidade de certos conceitos. E pela paciência de esperar meu amadurecimento intelectual.

As professoras Dra. Iolete Ribeiro e Dra. Lidiany Cavalcante por se disponibilizarem a estarem presentes na minha banca de qualificação com pontuações precisas.

A todos os professores das disciplinas que me ajudaram a desenvolver e ampliar meus conhecimentos.

Aos meus colegas de mestrado, as conversar de sala de aula possibilitaram novas reflexões sobre a construção da pesquisa.

Ao Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, pela estrutura disponibilizada.

A CAPES, pelo financiamento da bolsa de estudo, pois ajuda a se dedicar mais ao mestrado.

Agradecer a todas as trabalhadoras do sexo que tiveram a disponibilidade e paciência de narrar suas intimidades, sem elas a dissertação não seria possível.

Por fim, a todas as pessoas que passaram pela minha vida profissional e acadêmica.

A todos meu muito obrigado!

“É na experiência da vida que o homem evolui”

Harvey Spencer Lewis

RESUMO

A dissertação apresenta a discussão sobre as vivências das trabalhadoras do sexo, com o público alvo as travestis. A importância do estudo justifica-se, pois propicia reflexões sobre o trabalho sexual, clarificando características ao debater as questões de gênero e seus pormenores. A pesquisa objetivou analisar as condições objetivas e subjetivas no trabalho sexual, bem como entender como as trabalhadoras vivenciam a homossexualidade, travestilidade, compreender se o trabalho sexual possibilita algum tipo de emancipação. Os procedimentos metodológicos tiveram cunho qualitativo e se escolheu o estudo de caso, por se tratar de questões atuais. Realizados através de entrevistas semiestruturadas e perfil socioeconômico. Os resultados da análise evidenciaram que a travesti adentra no trabalho sexual, pela falta de oportunidade no mercado forma de trabalho, mas quando inseridas, buscam melhor condição de vida através da atividade, propiciando autonomia e independência financeira. Foram destacados que existem fatores que dificultam a emancipação, como a falta de reconhecimento do trabalho e, principalmente, a violência sofrida pelas travestis, provocando grande tristeza e sofrimento, ou por sofrer agressões ou presenciarem assassinatos das colegas de trabalho. Percebeu-se que a regulamentação do trabalho sexual, no Brasil, ainda está longe do ideal, visto que a problemática deve ser entendida como uma questão de saúde pública. Também foram destacadas que a transformação corporal das travestis tem impacto direto no trabalho, pois quanto mais atributos do feminino, aumenta a quantidade de clientes. Além dos aspectos sobre o trabalho sexual, as travestis passam por diversos casos de preconceitos ao longo da vida, marcados paralelamente, a busca da construção identitária. Por fim, a travesti trabalhadora do sexo poderia exercer a atividade plenamente, caso diminuísse o índices que de agressões e tivesse uma regulamentação do trabalho sexual no Brasil, como já ocorrem em outros países com Holanda e Espanha.

Palavras-chave: Trabalho Sexual. Travestis. Emancipação.

ABSTRACT

The dissertation presents the discussion about the experiences of sex workers, with the target public of transvestites. The importance of the study is justified, because it provides reflections on sex work, clarifying characteristics when discussing gender issues and their details. The objective of the research was to analyze objective and subjective conditions in the sexual work, as well as to understand how women workers experience homosexuality, transvestites, and understand if sex work allows some kind of emancipation. The methodological procedures had a qualitative character and the case study was chosen, since these are current issues. Made through semi-structured interviews and socioeconomic profile. The results of the analysis showed that the transvestite enters the sex work, due to lack of opportunity in the labor market, but when inserted, seek a better living condition through the activity, providing autonomy and financial independence. It was pointed out that there are factors that make emancipation difficult, such as the lack of job recognition and, especially, violence suffered by transvestites, causing great sadness and suffering, or suffering aggression or witnessing the murders of co-workers. It was noticed that the regulation of sex work in Brazil is still far from ideal, since the problem must be understood as a public health issue. It was also highlighted that the transvestites' bodily transformation has a direct impact on the work, because the more female attributes, the more clients. In addition to the aspects about sex work, travestis go through several cases of life-long prejudices, marked in parallel, the search for identity construction. Finally, the female sex transvestite could exercise the activity fully, if she lowered the rates of aggression and had a regulation of sex work in Brazil, as they do in other countries with Holland and Spain.

Keywords: Sexual Work. Transvestite. Emancipation.

LISTAS DE IMAGENS

IMAGEM 1 – Rubina – Travesti da cidade de Porto Alegre, anos 50 (direita), anos 1960 (esquerda)	33
IMAGEM 2 – Cabana do Turquinho – Porto Alegre	34
IMAGEM 3 – Show na boate Discretu's – Porto Alegre	34

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 SEXUALIDADE, HOMOSSEXUALIDADE, CORPO E TRAVESTILIDADE	15
1.1 BREVE DISCUSSÃO SOBRE O CONTROLE DA SEXUALIDADE DO SÉCULO XVII AO XX.....	15
1.2 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE HOMOSSEXUAL	20
1.3 A TRANSFORMAÇÃO CORPORAL E DA IDENTIDADE TRAVESTI.....	26
1.4 A INFLUÊNCIA DO CONTROLE DO CORPO NAS CONCEPÇÕES DE GÊNERO DA TRAVESTI	32
2 TRAVESTIS E O TRABALHO SEXUAL	38
2.1 QUEM EU SOU?	38
2.1.1 Paola	38
2.1.2 Michele	39
2.1.3 Camila	41
2.2 DE TRAVESTI A TRABALHADORA DO SEXO	42
2.3 TRANSO COMIGO, COM VOCÊ E COM AS OUTRAS.....	47
2.3.1 Traso comigo – “sentir-se bem com”	47
2.3.2 Traso com você – “possuir relação efetiva, amorosa ou sexual com outra pessoa”	50
2.3.3 Traso com as outras – “negociar e combinar”	51
3 PROBLEMÁTICAS EM RELAÇÃO AO TRABALHO SEXUAL	53
3.1 AS TRABALHADORAS DO SEXO COMO PARTE DO PRECARIADO.....	54
3.2 UMA POSSIBILIDADE DA REGULAMENTAÇÃO BRASILEIRA DAS PROFISSIONAIS DO SEXO	57
3.3 ALGUNS ASPECTOS DA EMANCIPAÇÃO NO TRABALHO SEXUAL	61
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	69
APÊNDICE 1 – PERFIL SOCIOECONÔMICO	77
APÊNDICE 2 – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	79
APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	81
ANEXO 1 – PARECER COMITÊ DE ÉTICA	83

INTRODUÇÃO

Na antiguidade, as mulheres que ofereciam seu corpo por bens ou dinheiro tinham um espaço destacado, ocupavam um papel importante no contexto da época. Em Atenas, por exemplo, tinha um respaldo legal, eram vistas com naturalidade para os atenienses. Já para os Hebreus, na época de Salomão, tinham direito à cidadania, podiam frequentar espaços públicos, sem uma forte repressão. Havia distância entre a moralidade do legislador e a vida dos indivíduos. Mas, com o surgimento da estrutura patriarcal, na Idade Média, tornou-se uma atividade subalterna e marginalizada na sociedade (MOCELLIN, 2014).

No período da Idade Média, a relação sexual era direcionada por preceitos religiosos, que permeavam as diretrizes da sociedade e modelavam o comportamento do indivíduo. A partir do século XIX, associa-se a prostituição às doenças venéreas, tornando-as quase que indissociáveis (GOMES, 1994). Com o correr dos anos, foi-se construindo uma representação negativa dos prestadores de serviços sexuais.

Essa representação se mantém, pois o oferecimento do serviço ainda é considerado, por grande parte da sociedade, como algo ilegal ou contra os padrões estabelecidos pela mesma. Realidade esta em transformação, pois na atualidade as mulheres, que outrora eram consideradas prostitutas, começam a serem entendidas como trabalhadoras do sexo.

Atualmente, essas profissionais estão distantes da emancipação, principalmente, quanto aos direitos e garantias individuais. Mas, com as novas redefinições do que é a prostituição, e desde que passou a ser entendida como um trabalho informal, essas trabalhadoras têm a perspectiva que a atividade comece a ser mais reconhecida (RAMALHO, 2012).

Mediante tal quadro, a presente dissertação discutirá alguns conceitos que, ao longo dos anos, sofreram transformações relevantes. O primeiro é o de trabalho sexual como uma maneira de viver no mundo e, conseqüentemente, de ser no mundo, pois a adoção do termo trabalho sexual amplia as possibilidades de direitos dessa atividade.

O segundo é a definição da travesti, permeada por características peculiares, que precisam ser analisadas e compreendidas com um olhar multifacetado. As travestis vêm ganhando visibilidade nas mídias sociais e também

começam a adquirir direitos, com o surgimento de leis e políticas públicas específicas para esse grupo, antes nunca estabelecidas no Brasil. Todas as mudanças apontam para a luta por qualidade de vida e pelo fornecimento do grupo.

Um dos pontos mais debatido quanto às travestis é quanto ao gênero. Essa definição não é tão simples, visto que, existem debates sobre tal problemática, não se trata apenas na definição do gênero travesti, mas das novas configurações do masculino e do feminino.

Pretende-se também compreender as características do trabalho sexual a partir das vivências das travestis. Conceitos como o trabalho sexual e a travesti são considerados temas contemporâneos, pois estão em processo de construção, adequando-se as novas realidades.

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro discutirá alguns aspectos da sexualidade, abordando em parte, o contexto histórico: relação indivíduo e sociedade, propondo uma discussão com o filósofo Michel Foucault, numa análise sobre as questões de poder, sociedade e sujeito. A escolha desse teórico é proposital, pois ele faz uma reflexão sobre a sexualidade a partir do século XVII, quando a sexualidade passa a ser direcionada por valores morais e rígidos, uma fase repressiva.

Dentro do contexto da sexualidade, propor-se-á a discussão da homossexualidade, não pensada como uma vertente da heterossexualidade ou uma oposição da mesma, mas, como uma possibilidade ser no mundo, estabelecendo uma relação ao conceito de gênero, se incorporando às novas ideias da sexualidade. O gênero tem papel fundamental nessa discussão, pois o desejo da mudança corporal da travesti impulsiona discussões sobre as construções de identidade.

Compreender a identidade travesti é fundamental, pois a mesma é motivo de controvérsias, polêmicas, dúvidas e debates. Apresenta características peculiares, passa por transformações físicas e psíquicas ao longo da vida. Estudá-la implica em observar um sujeito em movimento, em constante transformação física e psíquica. Entender como esse sujeito se posiciona como tal, ajudará a entender como se comporta e se percebe no ambiente de trabalho.

Por fim, entender como se dá a transformação do corpo, o aspecto externo é um dos motivos que faz a travesti ser percebida como um indivíduo tão singular. Pela existência da travesti é possível propõe vários questionamentos: Qual a

fronteira do masculino e do feminino? Existe de fato uma fronteira? Ressaltando que não será a minha intenção responder tais questionamentos.

No segundo capítulo foram descritas as personagens da pesquisa. Detalhando as relações que elas estabelecem entre si e como formam suas percepções sobre o trabalho sexual. Também será analisada como a travesti compreender sua construção identitária, em relação a homossexualidade, travestilidade.

Retornando à estrutura que se propõe à dissertação, no terceiro capítulo, pretende-se discutir o trabalho sexual, pensando a trabalhadora do sexo como parte do precariado. Evidenciando os fatores de precariedade. As profissionais do sexo, na maioria das vezes, estão em contato com situações de vulnerabilidade, dentre esses fatores se destaca o alto risco para doenças sexualmente transmissíveis, em virtude do grande número de parceiros sexuais, associado às práticas como o consumo de álcool e drogas (PASSOS e FIGUEIREDO, 2004). Essas profissionais ainda são vítimas do preconceito e das humilhações existentes, tanto no trabalho quanto nos ambiente particulares (MOREIRA e MONTEIRO, 2009).

Dessa forma, podemos enquadrar o trabalho sexual como parte do precariado, pois o mesmo se apresenta de várias formas, em contextos diversificados. Segundo Standing (2013 p. 32), “não importa como seja definido, o precariado está longe ser homogêneo”. Pensar o trabalho sexual como componente do precariado é incluí-lo como parte da uma globalização excludente (THERBON, 1999).

Pensá-las como parte da precarização do trabalho nós ajuda a compreender a realidade subjetiva vivida pelas trabalhadoras, ou seja, de conviver em um mundo onde são desprovidas das formas de direitos e garantias relacionadas ao trabalho, não ter esperança de integração social, vítimas de violências e discriminações constantes, todas essas questões influenciam não apenas socialmente, mas psicologicamente.

A pesquisa tem como objetivo central analisar as condições objetivas e subjetivas das trabalhadoras do sexo no trabalho sexual. E como objetivos secundários identificar os aspectos socioeconômicos das travestis que trabalham oferecendo serviços sexuais; Entender como as trabalhadoras vivenciam a homossexualidade, travestilidade e a relação com o trabalho sexual; e compreender se o trabalho sexual possibilita algum tipo de emancipação.

A pesquisa teve cunho qualitativo, porque se baseou em dados coletados em interações sociais, analisados a partir dos significados que as trabalhadoras atribuíram aos fatos. Coletado através de entrevistas semiestruturada e da avaliação de perfil socioeconômico.

A instituição que participou da pesquisa foi o Centro de Referência em Direitos Humanos Adamor Guedes, na Gerência Diversidade e Gênero – SEJUSC, localizado na Rua Major Gabriel, nº 1.192, Praça 14, Zona Sul, que forneceu a autorização para abordar as trabalhadoras vinculadas ou indicadas pela gerência ou pelas participantes da pesquisa.

A identificação das participantes aconteceu por meio de uma amostragem não probabilística, onde nem todos os sujeitos foram selecionados para participar da pesquisa. Foram realizadas três entrevistas, a pesquisa não tem a intenção de ser generalista.

Os critérios inclusão foram de ser trabalhadora do sexo a mais de 2 anos. Pressupõe-se que, nesse tempo mínimo estipulado, a profissional possa ter vivido experiências variadas, que possibilite uma investigação mais apurada da atividade; Se declarar travesti; Ter 18 anos ou mais e tiver assinado o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Os critérios de exclusão foram os sujeitos que se declaram homossexuais, transexuais ou outra condição que não contemplasse os objetivos da pesquisa.

Como se trata de uma temática contemporânea se escolheu o estudo de caso, pois tanto o objeto (trabalho sexual) quanto o sujeito (travesti) são questões da atualidade. Segundo Yin (2010, p. 32), o estudo de caso “investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e contexto não são claramente evidentes”. O estudo de caso não se propõe a generalidade, procura debater temas que estão em construção. O trabalho sexual apresenta algumas características do estudo de caso necessárias para a utilização desse método: é histórico - a temporalidade contida no relato individual remete ao tempo histórico; é dinâmico, pois apreende as estruturas de relações sociais e os processos de mudança. é dialético - teoria e prática são constantemente colocadas em confronto durante a investigação.

Para a análise dos dados e das informações, utilizar-se-á uma das estratégias do estudo de caso: a Estratégia Contando com Proposições Teóricas, que se caracteriza por buscar uma apreensão de significados na fala dos sujeitos,

interligada ao contexto em que eles se inserem e delimitada pela abordagem conceitual do pesquisador.

Ressaltando que a construção dos dados desta pesquisa obedeceu aos cuidados éticos definidos pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, com o envio ao Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Federal do Amazonas, pesquisa aprovada pelo CAEE 61227716.7.0000.5020, com o número do parecer: 1.894.118.

Para preservar a identidade das entrevistas, fez-se uma revisão através das manchetes de jornais, blogs, sites LGBTs, mídias sociais, entre outros, dos nomes mais comuns das travestis que foram assassinadas por crime de homofobia e transfobia. Os nomes mais comuns foram Camila, Paola e Michele, prestando uma homenagem a todas as travestis que foram mortas, através desses três nomes.

1 SEXUALIDADE, HOMOSSEXUALIDADE, CORPOS E TRAVESTILIDADE

1.1 BREVE DISCUSSÃO SOBRE A SEXUALIDADE DOS SÉCULOS XVII AO XX

Entender as características da sexualidade em sua construção histórica se torna fundamental para compreendê-la na atualidade. Hoje, existem formas diversificadas de viver a sexualidade, derivadas de transformações sociais que possibilitaram que muitos indivíduos, antes reprimidos por sistemas de poder, pudessem, livremente, assumir seu posicionamento sexual frente a outros indivíduos.

A história da sexualidade é caracterizada por uma série de transformações, influenciadas por percepções que derivaram de novas concepções culturais, religiosas, políticas e econômicas.

Se o século XVII foi um período de forte repressão e controle, o século XX se mostrou como marco no surgimento de pensamentos diversificados quanto à sexualidade.

O termo sexualidade surgiu no início do século XIX, não apenas como uma palavra que nasce para compor um vocabulário, contudo, pela necessidade de entender suas características. Buscando, assim, traduzir o que essa palavra implica na vida político-social e nas formações psíquicas dos indivíduos (FOUCAULT, 1984).

Antes do século XVIII, os discursos e as regras que guiavam a sexualidade eram mais livres, não havia um discurso fortemente repressivo. Mas, depois da subida ao poder da Rainha Vitória, do Reino Unido, os padrões de comportamento e a maneira com que o indivíduo iria se relacionar com o seu sexo e sexualidade foram influenciadas por novos valores morais.

Relembrando o que pensamento repressivo tinha influência da Igreja Católica, que predominava na Idade Média. Igreja essa que estava em declínio, ou seja, perdendo poder e território, associava a sexualidade, fora do padrão moralmente aceito e possivelmente instituído por ela, como pecado e digno de punição (NUNES, 1987).

Na era moderna, a repressão sexual aumentou, surgindo diferentes formas de controle do indivíduo, sendo que qualquer expressão sexual era considerada anormal e deveria ser censurada e combatida.

Na transição do século XVII para o XVIII, a sociedade burguesa iniciou um período de combate à sexualidade como proibição em si, “a sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade na função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal legítimo e procriador dita a lei” (FOUCAULT, 1988, p. 9).

Ao se recolher ao quarto dos pais, a sexualidade em seu âmbito social se esconde, o decoro retrai os corpos e a decência das palavras limpas organiza os discursos e a maneira de viver dos sujeitos.

De forma semelhante, segundo Araújo (2002), até o século XVIII, a atividade sexual era habitualmente restrita ao casal heterossexual e monogâmico, sendo destinada aos que procriavam e a possibilidade de viver a sexualidade de outras formas era clandestina.

Em seus estudos, Foucault (1988) concebe a sexualidade como um “dispositivo histórico” e não apenas como um “dispositivo biológico”. Aponta que ela está interligada às circunstâncias sociais e culturais, distante de ser um evento natural, ou seja, é a sociedade e a cultura que determinam as práticas sexuais adequadas ou não, morais ou imorais, saudáveis ou doentias.

É em virtude dessa repressão, que se entendia a sexualidade como uma mera função de reprodução e de manter um discurso de poder da classe burguesa do fim do século XVII. Hoje, é possível se permitir questionar, mesmo com uma sociedade que ainda se abstém de debates e reflexões sobre a sexualidade, sustentando um discurso hipócrita, de regras e valores morais, que estão se desconstruindo em nosso cotidiano.

A formação da sexualidade é originada a partir dos sistemas de valores impostos em cada sociedade. Dar-se aí a “hipótese repressiva” discutida por Foucault, onde as instituições modernas nos compelem a uma repressão crescente. Civilização significa disciplina, que por sua vez, implica no controle dos impulsos interiores (GIDDENS, 1992).

Através da observação de estudos que debatem formulações teóricas de Freud é possível verificar que as possibilidades humanas de expressão sexual se confrontavam, geralmente, contra os limites impostos por modelos institucionalizados da prática sexual, propondo que as instituições criadas, limitam-nos, de modo que se instaura repressão, violência, mal-estar individual e coletivo.

Essas limitações e preocupações com a sexualidade normalmente tinham relações com as questões religiosas ou com a filosofia moral (ADELMAN, 2000).

Na Idade Moderna, a sexualidade ganha outras configurações. Apesar de continuar restrito ao casal monogâmico e a procriação, “o sexo não é conduzido às escondidas na civilização moderna” (GIDDENS, 1992, p. 28). Converte-se a repressão da pregação teológica. A sexualidade passou a ser vivenciada em segredo.

Um exemplo desse controle é o confessionalário católico que, nesse período, era um instrumento de controle da vida sexual. (FOUCAULT, 1988). Não controlava apenas as descrições sexuais, mas orientava aos fiéis para uma conduta que resguardasse os valores morais vigentes.

A confissão se transformou em um interrogatório, onde o fiel descrevia seus pensamentos sexuais, fantasias, desejos e todos os detalhes que eram derivados do sexo, transformando-o em algo clandestino, velado, escondido, posto em segredo (GIDDENS, 1992).

O século XVII fez emergir outra forma de controle da sexualidade no ocidente. A tarefa de dizer, de forma infinita, a si e aos outros, tudo o que possa estar relacionado aos seus desejos e prazeres, mas agora, tendo como filtro o confessionalário, que regulava e direcionava o que podia, ou não, ser feito, regido pelos ideais burgueses.

O controle sobre a sexualidade também refletiu na construção da cultura sexual brasileira. Os estudos de Del Priore nos permite entender como essas relações de poder e controle foram estabelecidas desde a época colonial até século XX, no Brasil.

A colonização consistiu em uma verdadeira cruzada espiritual que tinha por objetivo regulamentar o cotidiano das pessoas pela orientação ética, pela catequese e pela educação infantil, além de exercer severa vigilância doutrinal de costumes pela confissão, pelo sermão dominical e pelas devassas da Santa Inquisição. Sua ação se fazia especialmente ativa no campo da organização familiar e do controle da sexualidade (DEL PRIORE, 2005, p. 22).

Ainda nesse período, a igreja católica também se apropria da mentalidade patriarcal para direcionar as regras de controle sobre os sexos. O escravismo já refletia a dominação física aos negros e aos índios, e o patriarcalismo regia a forma

de controle sobre a mulher, resumida aos serviços domésticos, a obediência e a submissão (DEL PRIORE, 2005).

Uma das principais fontes para se conhecer as vivências relacionadas à intimidade sexual, no período colonial, resume-se aos documentos produzidos pelo poder eclesiástico ou pelas cartas jesuíticas. Em parte, derivados dos relatos dos fiéis nas confissões.

Além de cuidar dos desvios contra a fé católica, vigiavam certos atos sexuais, impondo o que se devia ou não fazer. Nota-se que não existia uma clara definição do que era público ou privado, limite que foi se estabelecer no decorrer das décadas (VAINFAS, 1997).

Esse tipo controle da sexualidade, regido pelos dogmas religiosos, manteve-se em todo o Brasil colônia até século XIX. Assim como ocorreu na Europa transformações sociais, políticas e econômicas, o Brasil também sofreu as verberações dessas mudanças.

A Independência do Brasil (1822), a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889) mostravam que o país passava por um processo de transição. Nesse mesmo período a Igreja Católica rompe com D. Pedro I, mas ainda continua como religião oficial. Contudo, começa a perder poder sobre o estado e a influência sobre os indivíduos (COTRIM, 2011).

No início do século XX, o Brasil sofria influências da dinâmica internacional, que afetava a ordem social, as hierarquias sociais e, principalmente, a maneira de viver os sentimentos em relação ao outro.

O planejamento familiar e os métodos de contracepção transformaram as noções de família. Abre-se a possibilidade de uma nova representação da mulher, antes idealizada apenas para procriação e para cuidar dos filhos e do marido (GIDDENS, 1992).

As mulheres começaram a lutar por mais direitos, por se tornarem mais independentes, seja em relação ao marido, seja na concepção do outro. Com isso, as novas configurações do espaço da mulher na sociedade representaram mudanças significativas nos novos entendimentos da sexualidade do século XX.

Ai que saudade da Amélia (1942)

Nunca vi fazer tanta exigência
 Nem fazer o que você me faz
 Você não sabe o que é consciência
 Nem vê que eu sou um pobre rapaz
 Você só pensa em luxo e riqueza
 Tudo que você vê você quer
 Ai, meu Deus, que saudade da Amélia
 Aquilo sim é que era mulher
 Às vezes passava fome ao meu lado
 E achava bonito não ter o que comer
 E quando me via contrariado
 Dizia: Meu filho, que se há de fazer
 Amélia não tinha a menor vaidade
 Amélia é que era mulher de verdade
 Amélia não tinha a menor vaidade
 Amélia é que era mulher de verdade

Emília (1941)

Quero uma mulher que saiba lavar e
 cozinhar
 Que de manhã cedo me acorde na
 hora de trabalhar
 Só existe uma
 E sem ela eu não vivo em paz
 Emília, Emília, Emília.
 Não posso mais.
 Ninguém sabe igual a ela preparar o
 meu café
 Não desfazendo das outras, Emília é
 mulher.
 Papai do Céu é quem sabe a falta que
 ela me fez
 Emília, Emília, Emília.

Fonte: DEL PRIORE (2005, p.270).

A mulher que era restrita aos serviços domésticos e para o lar, na música *Emília*, de Wilson Barbosa e Haroldo Lobo, é mulher submissa e sem vaidade. Na música *Ai que saudade da Amélia*, de Mario Lago e Ataulfo Alves, mostrava as mudanças que ocorriam na época da Segunda Guerra Mundial, as mulheres se afastavam dos interiores das casas para construir possibilidades que transformaram, significativamente, as relações de poder entre os gêneros.

O controle sobre o sexo e a sexualidade esteve presente ao longo dos séculos XVII ao XX. Mas com o enfraquecimento da influência religiosa, a substituição de instituições monárquicas por regimes republicanos, o fortalecimento do liberalismo, as conquistas feministas e as lutas das minorias, potencializaram novas dinâmicas de viver a sexualidade.

Apesar das conquistas ocorridas no século passado, o controle sobre a sexualidade ainda precisa ser posto em debate. Pois, segundo Foucault (1988, p.149), “devemos pensar que um dia, talvez, numa outra economia dos corpos e dos

prazeres, já não se compreenderá muito bem de que maneira ardis da sexualidade e do poder que sustêm seu dispositivo conseguiram submeter-nos e essa austera monarquia do sexo... é preciso acreditar nisso para a nossa libertação”.

1.2 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE HOMOSSEXUAL

O século XIX foi o início de um período de rupturas de paradigmas e o prenúncio de novos conceitos e pensamentos que se consolidaram no século XX. Os grupos considerados minoritários começaram a se mobilizar na busca por direitos e garantias fundamentais. Dentre esses grupos, podemos destacar os negros, as mulheres e os homossexuais.

Nesse contexto, o grupo dos homossexuais começa uma luta por direitos, na busca de melhor visibilidade e representatividade. Corroborando com o diz Bobbio (2004), quando se debatem as conquistas dos direitos ao longo dos anos, inevitavelmente, discute-se as lutas sociais na busca de novas aquisições. Ou seja, os direitos são adquiridos de tempos em tempos.

No decorrer da história da sexualidade, há registros da prática de relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo. O primeiro relato ocorreu na sociedade egípcia e datou aproximadamente de 4.500 anos antes de Cristo, sendo observado em todas as camadas sociais em diversas formas (GUIMARAES, 2009).

Para Araújo (2002), ao discorrer sobre os gregos, afirma que eles contemplavam a beleza do corpo e que não havia dois impulsos sexuais distintos. O que levava a possibilidade de aspirar a um homem ou a uma mulher o apetite sexual, que a natureza lhes havia estimulado por seres humanos belos, de qualquer sexo.

Nesta época, os homens que mantinham relações sexuais com pessoas do mesmo sexo podiam ser alvo de desaprovação ou punição por violação sexual. Porém, essa conduta não contribuía para torná-los pessoas imprescindivelmente distintas das outras, ou seja, o comportamento sexual, até então, não marcava ou determinava a identidade individual (VIEIRA, 2009).

Isto se justifica pelo fato de que não existia interesse na identificação das práticas ou formas de se viver a sexualidade.

O termo homossexual foi criado em 1869, pelo escritor e jornalista austro-húngaro Karl-Maria Kertbeny, e tem origem do grego *homos*, que significa semelhante, igual. Já a palavra sexualidade, segundo Guimarães (2009, p.4), trata-se de como o “sujeito vivencia a experiência do sexo sob todas as crenças e valores que se tem a respeito do assunto”.

O mesmo autor define homossexualidade como sendo um estilo de vida sexual dividido e experimentado com pessoas do mesmo sexo. Tendo em vista, assim, que a heterossexualidade é declarada de forma oposta, por se tratar de uma relação entre pessoas de sexos distintos.

No século XIX, surge também à sexologia, ciência que classifica tipos e comportamentos sexuais, o que significou uma contribuição para produção da homossexualidade como condição patológica.

Existiram também outras abordagens sexológicas que tentaram justificar a origem da homossexualidade, uma delas seria a condição de natureza diferente, sem motivos para lutar contra. Estes argumentos transformaram a existência e o corpo do homossexual em objeto de pesquisa e vigilância, bem como de lutas sobre a sua representação (VIEIRA, 2009).

Neste mesmo período, a sexualidade enfrentou um processo de politização, surgindo identidades sexuais modernas e demonstrando que a questão da homossexualidade envolvida com as relações de poder de gênero, classe e raça, faziam parte de um conjunto de relações sociais sujeitas à contestação.

Uma dessas objeções é a construção do ideal de masculinidade na modernidade. Esta tem sua origem nos valores da idade média, construídos em decorrência de uma necessidade crescente de organização das relações sociais, derivado de um processo de civilização em curso naquele período da história (BONOMO et al., 2008).

Na era moderna, a não heterossexualidade sempre foi condenada pelo discurso dominante e hegemônico, fortemente influenciado pelo discurso religioso e médico-científico. Legitimava valores heteronormativos excludentes e propiciando discriminações, violências e combate os homossexuais (PRADO e MACHADO, 2012).

A configuração moderna do indivíduo forneceu abertura de espaço para a consolidação de uma identidade sexual individual, mesmo sendo construídas como

ameaça às normas, regras ou aos princípios da ordem de sexo/gênero vigente (ADELMAN, 2000).

Apesar da sexualidade, ao longo dos últimos anos, ser compreendida como uma vivência individual, muitos homossexuais ainda permanecem restritos a viver a sexualidade apenas em ambientes privados, pois ainda sofrem influências de uma construção histórica excludente.

Dessa forma, o sujeito homossexual tem dificuldade em se constituir socialmente, pois, a existência como sujeito está implicada nas relações sociais e institucionais, que se localizam no contexto histórico-social (PRADO e MACHADO, 2012). Ou seja, ter uma identidade homossexual está muito além de ter um parceiro, ou uma prática sexual, ou um comportamento sexual, perpassa pela constituição de direitos e ensejam vários outros aspectos na vida pública.

Adentrando a questões mais específicas da identidade, ela pode ser compreendida como um rótulo, no qual as pessoas classificam, representando o *self* numa situação social. Dessa maneira, podemos pensar que a identidade sexual se refere à percepção do ser homem ou ser mulher que cada pessoa tem de si (PEREIRA et al., 2006).

A identidade também pode ser compreendida pelo viés construtivista, ou seja, como o indivíduo faz a articulação entre o psicológico e o social. Trata-se da construção da representação pessoal e ganha significado através da relação com os outros e com a sociedade (FISCHER, 1996).

Dessa forma, a identidade pode ser entendida como o produto de processos interativos que perpassam o campo individual e o social, e não somente as características individuais, pois essas interações compõem o sentido da nossa existência em sociedade.

Em se tratando da identidade homossexual, para Pereira et al. (2006), a construção desta identidade envolve a aceitação gradual do rótulo “homossexual” para o próprio sujeito, que tem influência na formação individual e expressão da identidade.

Uma das primeiras teorias que buscaram entender a identidade homossexual é a de Vivienne Cass (1979, p.222), quando estabelece estágios básicos de formação de identidade: 1º Confusão de identidade (*Identity Confusion*); 2º Comparação (*Comparison*); 3º Tolerância (*Tolerance*); 4º Aceitação (*Acceptance*); 5º Orgulho (*Pride*); 6º Síntese de identidade (*Identity Synthesis*).

Segundo Cass (1979), à medida que o indivíduo passa de um estágio para outro, vai transformando e modificando suas concepções, construindo uma auto-percepção da sexualidade, propiciando uma maior aceitação da identidade homossexual.

Corroborando com os relatos das travestis, que na fase homossexual, também passam por esse processo de aceitação e entendimento da sua sexualidade, relatando dúvidas, incertezas sobre os sentimentos e sensações que se apresentam.

Eu tive primeiro que me entender. Entender a minha cabeça. Para depois eu assumir alguma coisa para a mamãe. Como eu ia assumir se eu nem sabia quem eu era (Paola, 26 anos).

Nesse período (adolescência) eu também disse que ninguém ia me humilhar mais, assumi que era uma travesti e segui em frente (Michele, 28 anos).

Na adolescência que eu me liberei mesmo, é difícil quando você é criança. Eu comecei a namorar, tive meu primeiro relacionamento gay (Camila, 29 anos).

Outro aspecto dessa construção identitária é o conflito com a vida privada e a vida pública. A sexualidade é experienciada, em sua maioria, nas relações privadas, sendo omitida, muitas vezes, nas relações públicas. Em parte, por exemplo, derivado do receio e do medo de discriminações e preconceitos (OLTRAMARI, 2010).

Há inúmeras pesquisas brasileiras sobre a temática da identidade homossexual. Tomemos conhecimento de alguns caminhos trilhados por autores ao tratar do assunto.

O estudo de Guimarães (2009) aborda, no âmbito da Psicologia, a importância e os perigos de se buscar afirmar as identidades homossexuais, entre tantos vieses. Destacando o momento histórico que esta população vivenciou, expondo como esta dinâmica acontece e como é necessário que os psicólogos se posicionem, com o objetivo, não só de resgatar a autoestima desta comunidade e lhes proporcionar espaço na sociedade, como também para tentar saldar, o que ele próprio chama de uma dívida histórica, que a Psicologia possui com este seguimento social.

Nas pesquisas de Ceará e Dalgarrondo (2010), observou-se que sujeitos de orientação homossexual têm sido expostos a atitudes de discriminação e preconceito. Foram investigadas dimensões de saúde mental, de qualidade de vida e de identidade psicossocial em homossexuais na maturidade e na velhice.

A pesquisa revelou que a maior frequência de transtornos mentais ocorre na maturidade e na velhice, sugerindo que a não revelação da homossexualidade e o esforço em ocultá-la, talvez representem maior associação à ocorrência de transtornos mentais.

Os estudos de Garcia e Souza (2010) analisaram as possíveis formas de discriminação no local de trabalho, direcionadas a funcionários homossexuais masculinos, de bancos públicos e privados. Eles discutem os conceitos básicos relativos aos estudos sobre discriminação de forma geral e as relações desses conceitos com a discriminação de homossexuais.

Concluíram que os homossexuais são alvo de discriminação direta e indireta, em razão de sua sexualidade. Porém, o que mais causa incômodo aos entrevistados são as expressões de discriminação indireta, que seriam manifestadas no local de trabalho.

Pereira et al. (2006), estudou a subcultura gay, explorando as mudanças que ocorrem nos hábitos de consumo durante o rito de passagem da “saída do armário”. Percebeu-se que os gays interagem com produtos e marcas durante a construção da identidade homossexual, utilizando-os numa estratégia de negação, camuflagem e reforço dessa identidade.

Por fim, as investigações de Scardua e Souza (2006) focaram no estudo das representações sociais da homossexualidade entre estudantes universitários. Segundo orientação sexual e sexo foram encontradas diferentes maneiras de se compreender e lidar com a homossexualidade e enfrentamento de preconceitos. Homens e mulheres heterossexuais, referindo-se muito à normatização e outros conteúdos que reforçam as convenções sociais, indicaram menos possibilidade de reconhecimento da homossexualidade.

Através desses estudos, podemos compreender que a identidade homossexual envolve a luta por representatividade, pela construção de direitos e garantias, pela diminuição de discriminações e preconceitos, eliminação de violências e, principalmente, que o sujeito possa viver sua sexualidade de maneira plena, sem tantas expressões de opressão.

Compreender como se estrutura a homossexualidade, do ponto de vista individual e psicológico, bem como as possíveis práticas diferenciadas de sexualidade, refletir sobre como a homossexualidade, na pluralidade das identidades inspira uma luta política por reconhecimento social e por redistribuição contra as inferiorizações dos direitos de cidadania que do ponto de vista público que ocorrem nos processos de exclusão social e de desigualdade, e do ponto de vista privado, no sofrimento físico e psicológico que aplaca milhares de cidadãos e cidadãs (PRADO E MACHADO, 2012, p.18).

A homossexualidade, em nossa sociedade, é marcada pela estigmatização, discriminação e exclusão. Segundo Pecheny (2004), o sujeito não se expõe, visto as situações aversivas, esconde-se nos costumes dos heterossexuais e camufla o seu desejo. Por outro lado, em geral, o núcleo familiar primário, formado por familiares e amigos tem uma educação heteronormativa.

Ou seja, a criança ou o adolescente poderia desenvolver a sexualidade de maneira saudável. Mas, em virtude de tantas repressões, discriminações e preconceitos acabam que por suprir sua vontade, pelo fato de nascer em um ambiente onde a única prática moralmente aceita é a heterossexualidade.

A representação de identidade é condição fundamental para o surgimento do “eu” e para construções pessoais futuras. O reconhecimento do “eu” ocorre através da relação com o outro, via família e grupos sociais. E quando esse pertencimento é deficitário, torna-se mais difícil se compreender como parte da sociedade (HALL, 1999).

Entender a construção da identidade homossexual se torna imprescindível no estudo da identidade de gênero travesti, visto que o primeiro processo de transformação corporal e psíquica é a vivência homossexual. Como diz Kulick (2008, p.231), “ser homossexual está no âmago do projeto travesti, para que uma pessoa seja travesti, ela precisa ser ‘viado’”, ou seja, é o desejo homossexual que dá sentido aos relacionamentos afetivos.

1.3 A TRANSFORMAÇÃO CORPORAL E DA IDENTIDADE TRAVESTI

Ao longo dos anos, as travestis vêm ganhando visibilidade nas mídias sociais, tanto em programas de televisão quanto nas manchetes policiais. Nessa última, na maioria das ocasiões, vítimas de violências e assassinatos. Hoje, as travestis não estão mais nos “cantos escuros da noite”, nos pontos de prostituição, pelo contrário, cada vez mais inseridas no nosso cotidiano.

E apesar de insipientes, já começam a adquirir direitos com o surgimento de leis e políticas públicas específicas para esse grupo. Conquistas que derivam da luta por qualidade de vida, por reconhecimento, respeito e pelo fortalecimento da categoria.

Um dos pontos mais debatidos, quanto às travestis, é a definição do seu gênero, na tentativa de identificá-las entre o masculino e o feminino. Essa definição não é simples, visto que o sujeito travesti é um indivíduo contemporâneo, e não apenas na definição do “gênero” travesti, mas está inserida nos novos debates sobre a construção do masculino e do feminino.

Essas definições se tornam conflitantes, pois a criança, desde o nascimento, é orientada a se identificar com algumas características preestabelecidas, construídas sob uma convenção social, por grupos de estudiosos ou pesquisadores da área. Mas como buscar esse “enquadramento”, visto que a travesti é entendida como um indivíduo que carrega, na sua constituição, traços do masculino e do feminino? E de fato, é imprescindível essa definição?

Antes de se discutir a travesti, faz-se necessário diferenciá-lo dos grupos nos quais se divide certas características, mas essencialmente, diferentes. Dentre eles, encontram-se os homossexuais, as *drag queens*, os transgêneros, os transformistas e os transexuais.

Como referência, será usada o Manual de Comunicação LGBT, que foi resultado do trabalho colaborativo de militantes, jornalistas e outros profissionais ligados, de alguma maneira, ao segmento LGBT no Brasil. Esse Manual teve como principal organizadora a ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais.

- a) Homossexual é a pessoa que se sente atraída sexual, emocional ou afetivamente por pessoas do mesmo sexo/gênero.

- b) Drag Queen: Homem que se veste com roupas femininas, de forma satírica e extravagante, para o exercício da profissão em shows e outros eventos. Uma *drag queen* não deixa de ser um tipo de “transformista”, pois o uso das roupas está ligado a questões artísticas – a diferença é que a produção necessariamente focaliza o humor, o exagero.
- c) Transexual: Pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Homens e mulheres transexuais podem manifestar o desejo de se submeterem a intervenções médico-cirúrgicas para realizarem a adequação dos seus atributos físicos de nascença (inclusive genitais) a sua identidade de gênero constituída.
- d) Transformistas: Indivíduo que se veste com roupas do gênero oposto movido por questões artísticas.
- e) Transgênero: Terminologia utilizada para descrever pessoas que transitam entre os gêneros. São pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade.

Segundo o mesmo Manual de Comunicação

Travesti seria uma pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele construídos pela sociedade (2013, p.18).

Corroborando com Berenice (2012) quando diz que se trata de uma pessoa que vivencia papéis de gênero feminino, mas não se reconhece como homem ou mulher, fazendo parte integrante de um terceiro gênero ou de um não-gênero. Referir-se sempre no feminino, o artigo “a”.

Muitas travestis modificam seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas. Porém, vale ressaltar que isso não é regra para todas (definição adotada pela Conferência Nacional LGBT em 2008). Diferentemente das transexuais, as travestis não desejam realizar a cirurgia de redesignação sexual.

Diferente também dos homossexuais, que tem a preferência por indivíduos do mesmo sexo, as travestis têm a necessidade de acrescentar ao seu corpo atributos considerados do sexo aposto, como seios, quadris maiores, voz mais aguda, dentre outras. Deste modo, Pelúcio (2005) confirma que travestis do sexo

masculino como indivíduos que nascem com o órgão genital masculino e que, ao longo do tempo, procuram inserir em seu corpo características associadas ao corpo feminino, mas sem extirpar a genitália.

Segundo Cardoso (2005), travesti é um indivíduo que se veste do sexo oposto com caráter místico, festivo ou para o prazer sexual. O mesmo autor ainda divide em três grupos: 1 – as ocasionais: são os heterossexuais que se vestem apenas em determinadas ocasiões, como em festas ou no período de carnaval; 2 - As que têm conflitos mais estáveis, e que já estão em processo de transformação corporal e; 3 – as que já estão no processo de redesignação sexual, denominadas transexuais.

As travestis também são denominadas pelo termo de transgêneros, que se referem “a modalidades de experiências e subjetividades, nas quais se insere a ambiguidade de gêneros, na medida em que criam identidades sociais não facilmente classificáveis como masculinas ou femininas” (GARCIA, 2009, p.598).

Ter um indivíduo com as duas características coexistindo, propicia-nos debates e reflexões sobre a construção de identidade de gênero, previamente estabelecida, proporcionando classificações que interferem na construção da identidade.

O antropólogo Don Kulick conviveu por quase um ano com um grupo de travestis na cidade de Salvador, onde descreveu algumas destas transformações em seu famoso livro *Travestis: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Nessa obra, o autor expõe os detalhes dessas transformações.

Enfim, do meio da pilha de roupas, Banana fez surgir uma calcinha de renda preta e ato contínuo vestiu-se do modo característico das travestis: postando-se de pé, puxando a calcinha até a altura dos joelhos... Esticando a calcinha pela frente e puxando o pênis para trás, ela deslocava o peso do corpo de uma perna para a outra, até que a calcinha estivesse ajustada e o pênis acomodado... certificando de que a parte da frente apresentava-se agora como uma superfície lisa e plana... Deu uma leve palmada na parte da frente da calcinha: ‘Minha buceta’, disse sorrindo” (2008, p.9).

Nessa descrição percebemos que a transformação está relacionada a esconder a genitália masculina e para aparentar ter a feminina, com o uso de vestimentas e acessórios destinados a esse público. Vale destacar que essa primeira mudança não está vinculada ao corpo biológico, mas a uma aparência relacionada à representação da mulher socialmente construída.

Pelúcio (2005) também descreve em suas investigações essa mudança externa, que se inicia com a retirada dos pelos da barba, pernas e braços, deixando o cabelo crescer e afinar sobrancelha. Além disso, começam a usar maquiagem em excesso e a usar roupas femininas fora do ambiente particular. Corroborando com o que diz Cavalcante (2015, p.31), quando nos esclarece que “a vestimenta, por exemplo, precisa terminar uma classe social, um sexo predominantemente caracterizado, uma identidade esperada”.

Outro aspecto dessa mudança também está relacionado à transformação corporal através de cirurgias, adquirindo características do corpo feminino (seios, coxas, quadris, glúteos) e não apenas os acessórios (roupas, joias) como foram relatados na citação anterior.

No momento, Tina tem quatro agulhas cravadas na nádega esquerda. Há duas horas e meia ela está sendo ‘bombada’, isto é, recebendo injeções de silicone aplicadas por outra travesti vinda de Recife. Agora, quase 2h30 da madrugada, as partes internas e externas das coxas de Tina, o quadril e a nádega direita estão prontos. Os furos deixados pelas agulhas rombudas vão sendo preenchidos com gotas de cola Super Bonder e cobertos com pequenas bolas de algodão. O frasco contendo um litro de silicone, que Tina trouxera para a operação, está quase vazio” (KULICK, 2008, p.63).

A aplicação de silicone é uma prática muito corriqueira, sendo esta a última etapa no processo de transformação de uma travesti (PELUCIO, 2005). O preço em clínicas regularizadas ainda está longe da realidade da maioria das travestis, que acabam recorrendo a esse método perigoso e clandestino.

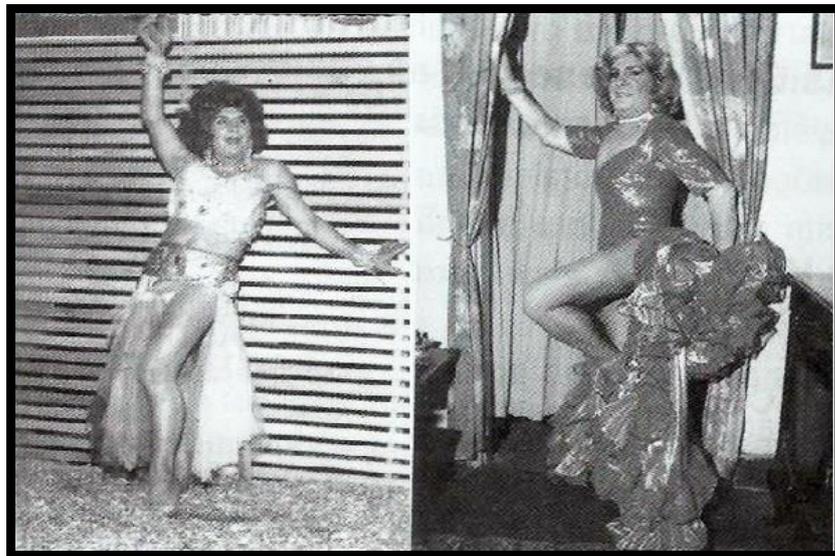
Segundo Kulick (2008), essa ideia de se transformar ocorre na infância, pois nesse período ocorrem as brincadeiras eróticas com outros meninos e a atração sexual pelo sexo masculino, e que depois da primeira penetração anal, os meninos começam a se vestir de mulher, dando início à mudança.

O sujeito travesti passa por diversos processos, nunca finalizados. Segundo Pelúcio (2005), essa transformação apresenta três etapas. A primeira fase é o “gayzinho”: o indivíduo assume sua preferência sexual, mas não se utiliza de hormônios e nem se veste com roupas femininas. A segunda fase é “montar-se”: começando a usar roupas femininas, cílios postiços, batom, entre outros acessórios. A terceira, e última, é a “transformação”: começa a ingerir hormônios e fazer cirurgias em diversas partes do corpo.

Dentre as mesmas, também existem padrões estético que, segundo Pelúcio (2005), estão ligados aos valores morais do grupo. Como por exemplo, o “gayzinho” que só é tolerado no grupo se apresentar uma aparência andrógena e esteja iniciando o processo de transformação. Caso não finalize o processo será rejeitado naturalmente. Já os “traveções” são caracterizados pelas transformações malsucedidas, pois o processo estético foi mal elaborado ou por questões da idade teve insucesso.

Nem sempre essas transformações corporais foram predominantes, Boer (2003), ao descrever a prostituição das travestis nas décadas de 1950 e 1960, na cidade de Porto Alegre, enfatiza que as mesmas não usavam hormônios, mas enchimentos de espuma para moldar as roupas no corpo, principalmente, os seios e o glúteo e usavam perucas femininas.

IMAGEM 1 – Rubina - Travesti da cidade de Porto Alegre, anos 50 (direita), anos 60 (esquerda).



Fonte: Boer (2003)

Rubina era uma travesti que morou em Porto Alegre e foi uma das primeiras cafetinas da cidade. Na época era usado o termo “bicha” para designar as travestis (BOER, 2003). A imagem retrata como as travestis se vestiam, com roupas exuberantes e ainda sem o acréscimo de hormônios, apenas com a caracterização externa.

Hoje, essa aparência externa está relacionada aos transformistas e as *drag queens* que usam esse estereótipo para fazer shows e espetáculos artísticos, mas

não é única e exclusivamente para tal. E também é considerada por alguns autores uma das primeiras fases da transformação de uma travesti (BENEDITTI, 2005; PELÚCIO, 2005).

IMAGEM 2 – Cabana do Turquinho – Porto Alegre



Fonte: Boer (2003)

IMAGEM 3 – Show na boate Discretu's – Porto Alegre



Fonte: Boer (2003)

As imagens 2 e 3 datam nos anos 1960. Novamente percebermos a falta de acréscimos no corpo por meio de procedimentos cirúrgicos, mas podemos analisar que as travestis dessa época, no contexto atual, seriam as rotuladas como “traveções” e talvez sofressem discriminações dentre as mesmas.

Ou seja, os atributos físicos se tornaram parte de uma constituição identitária. Hoje, para uma travesti “parecer um homem” é uma situação impensável, ofensiva e humilhante (KULICK, 2008). A travesti precisa olhar para o espelho e se reconhecer mulher.

Percebe-se que a construção da identidade travesti é fluida, constante e que ainda permanece em movimento, mergulhada em um contexto social que as orienta a pertencer ao masculino ou feminino. Mais do que qualquer outro sujeito em busca de uma identificação do gênero, a mudança corporal nas travestis é o mediador que as fazem mais femininas e as distancia do masculino.

Não que seja necessário que as travestis se enquadrem no binário de gênero. Haja vista, que somos além do biológico, somos seres mais complexos, permeados por uma série de fatores internos e externos, mas como essa problemática é contemporânea, torna-se ainda mais importante compreendê-la.

1.4 A influência do controle do corpo nas concepções de gênero da travesti

Por influência histórico-social, geralmente, somos educados e direcionados a pertencer ao masculino e ao feminino. E como a travesti, se a mesma apresenta características das duas vertentes? Para respondermos a essa indagação é importante refletir como as concepções de corpo foram socialmente construídas e para qual objetivo foram destinadas.

Para Foucault (2009, p. 162), desde a época clássica, o corpo passou a ser entendido como instrumento ou objeto de poder: “ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam”. Ele definiu “corpo dócil” como àquele que está submetido ao processo disciplinar, processo muito importante para a dominação nos séculos XVII e XVIII.

Os sujeitos se constituem através dos processos de subjetivação e objetivação. O processo de subjetivação se refere às condições pelas quais o sujeito está submetido, “qual status, qual posição deve ocupar no real ou no imaginário para se tornar sujeito legítimo deste ou daquele conhecimento” (FOUCAULT, 2004, p. 235). Dessa forma, os sujeitos se subjetivam através de normas, discursos e/ou práticas em determinada sociedade.

O processo de objetivação torna o sujeito como objeto do conhecimento, sendo moldado pelo saber e pelo poder. Segundo Foucault (1979), esse processo se dá por meio de “dispositivos”, conjunto de normas, discursos, leis, proposições filosóficas e morais.

Esses dispositivos são construídos pela influência do poder para enquadrar o indivíduo em determinadas regras, já instituídas em determinado espaço e contexto histórico. Pensar no corpo como dispositivo, permite-nos ter uma visão ampliada dos fatores que o constituem e suas implicações no âmbito social e os poderes que moldam as concepções definidoras do sujeito.

Peres (2011) enfatiza que essas concepções vão além da configuração biológica ou fisiológica, pois o corpo abriga dimensões sociais, antropológicas e históricas, que interagem com novas tecnologias e as mais variadas linguagens que compõem a contemporaneidade, assim como, novas expressões sexuais e de gênero. Assim, o corpo é o cenário para uma inscrição, pois nele estão gravados acontecimentos que podem ser moldados por uma ordem discursiva que controla prazeres e querer, deixando o corpo em movimento, visto que está sempre a mercê das leis e normas em que está inserido (FOUCAULT, 1984).

É por meio do corpo que os indivíduos podem vivenciar e experimentar situações de todas as ordens, quer físicas, emocionais, afetivas, sexuais, místicas ou virtuais. Essas experimentações propiciam ao sujeito novas formas de entender a sua existência e a construir suas características particulares (PERES, 2011).

O corpo está sempre em constante transformação, seja no que tange a mudanças físicas, como acréscimos de *percings* ou tatuagens, atividades em academias para modelar o corpo, ou ainda por meio de dietas. Por outro lado, há modificações mais incisivas, como cirúrgicas plásticas, removendo alguma parte indesejada ou incluindo as desejadas.

De modo geral, a maneira de se vestir, com cortes de cabelo e escolha de adereços também apontam para uma modificação do corpo. Contudo, de forma mais sutil, que pode ser associada à forma como o sujeito se percebe no meio em que vive e se movimenta. Sendo assim, não podemos pensar em um corpo estático, pois está sempre em processo.

A sexualidade humana não é algo estático, pronto ou acabado, apresenta desdobramentos no que tange às suas diversas faces. Como condição humana, podem revelar a heterossexualidade, homossexualidade ou bissexualidade, como alguns dos panoramas que emergem nas fronteiras da condição humana (CAVALCANTE, 2015, p.13).

Pensar o corpo como uma inscrição histórica, nos permite analisá-lo permeado por uma série de fatores pessoais e sociais. E que a sexualidade, vivenciada através do corpo, tenha reflexos na forma que o indivíduo interage e interpreta essa experiência.

Uma das principais teorias que problematizam as questões da construção de identidade/gênero é a Teoria *Queer*. Suas ideias se derivaram na recusa do governo Reagan, dos Estados Unidos, em oferecer respostas à epidemia de HIV, que dizimava os *gays* deste período, gerando uma forte reação dos movimentos ativistas gays e lésbicos. Um dos movimentos se chamava *Queer Nation*, daí a origem do nome (MISKOLCI, 2011).

Segundo Ferreira (2015, p.63), em tradução direta, a palavra *Queer*, significa “puto”, a “bicha”, a “sapatão”, o “marica”, justamente, os termos pejorativos que eram usados para definir esses indivíduos. O termo foi convertido na defesa à desnaturação da sexualidade, colocando-a na ordem política, social e cultural.

Para a teoria *queer*, o corpo, assim como gênero, está inserido nesse processo de construção, apontando brechas e contradições da estrutura social, refletindo sobre os regimes normativos que orienta as identidades.

Pensar o corpo na perspectiva construtivista afasta-nos de uma visão naturalista, estritamente essencialista, reproduzindo a ideia de que o corpo é disciplinado de acordo com a fisiologia reprodutiva para assim, irmos em direção à ideia do corpo como construção sócio-histórica, cultural e política, em desenvolvimento constante (BUTLER, 2003).

Assim, transpondo as ideias já expostas à pesquisa, podemos pensar o corpo da travesti inserida nessa configuração, marcadas por questões que vão muito além do biológico. Transpassam questões de subjetividade e peculiaridades muito específicas.

As próprias travestis têm dúvidas ao se posicionar frente ao masculino e o feminino. Podemos detectar essas dificuldades de definição através da própria fala das travestis.

Nas relações conjugais envolvendo travestis, “homens de verdade” devem se relacionar com pessoas que nunca serão “mulheres de verdade”. As travestis entrevistadas não almejam serem mulheres, mas parecerem mulheres. Isso significa mais do que estampar no corpo atributos físicos próprios de mulher biológica, mas investir em uma educação corporal e moral que conforma um ethos próprio do grupo (PELÚCIO, 2005, p.237).

As travestis utilizam definições preestabelecidas como “homens de verdade” e “mulheres de verdade” para se identificar na sociedade. A necessidade das travestis é fazer essa passagem de não “ser homem” para “parecer mulher”. Não apenas com os acréscimos externos (roupas, maquiagem), mas por fazer do seu corpo um espelho do seu desejo, influenciadas pelas estruturas e definições preestabelecidas.

Essa ideia foi identificada na fala de uma das travestis entrevistadas, onde essas concepções permanecem na representação do feminino.

Eu queria que os homens me olhassem de outra forma...quando eu entrei no meio gay, eu já conhecia umas bichas que tomavam hormônios e eu achava super bonito e os bofes tudo olhavam. Eu queria ser daquele jeito. Me sentia uma mulher de verdade. Eu queria que me olhassem e me desejassem. Entendeu? Eu não queria ser um gay que me comessem na escondida. Eu queria que olhassem pra mim e ficasse doido. Entendeu? Por que agora é isso...Por mais que o cara negue, pelo olhar dele, eu sei o que ele quer. O que mais acontece, os que pagam de machão são os piores. (Paola, 26 anos)

No caso das travestis, existem essas influências. Kulick (2008), em suas pesquisas, enfatiza que algumas travestis não se consideram “mulher” pelo fato de apresentar a genitália masculina, apesar de acrescentar atributos e desejos femininos. Para as travestis, só é mulher quem nasceu com a fisiologia biológica de mulher. E mesmo que possam desejar sê-la ou pensar como, nunca serão pertencentes ao grupo feminino.

Alguns pesquisadores se debruçaram sobre essa problemática, relacionando qual a construção identitária frente ao masculino e ao feminino (DUQUE, 2015; FERREIRA, 2015; PELÚCIO, 2005). Demonstrando a forte influência do contexto sociocultural, que parte de um ideal de mulher, as travestis acabam se apropriando desses modelos.

Ainda existe uma ordem estética oficial, construída através dos anos e difundida pelos meios de comunicação, onde qualquer tentativa de distanciamento desses modelos é geralmente punida por discriminações e coloca o indivíduo sem importância social (SOUSA, 2012). É o que acontece com muitas travestis quando

não conseguem esconder traços do masculino, são chamadas de “traveco” ou “traveções”.

O sujeito travesti coloca as concepções binárias do gênero em “xeque”, pois ele transpassa a barreira do masculino e do feminino. Remete a pergunta de Buther (2003, p.23) “Como e onde ocorre a construção do gênero?”.

Essa dissertação não terá por objetivo responder tal problemática, mas como foi exposta, a ideia de gênero sempre teve influência em determinismos da cultura, poderes normativos de controle da sexualidade, associados ao poder sobre o corpo.

O “corpo” é em si mesmo uma construção, assim como é a miríade de “corpos” que constitui o domínio dos sujeitos com marcas de gênero. Não se pode dizer que os corpos tenham uma existência significável anterior à marca do seu gênero (BUTHER, 2003, p. 28).

Dessa forma, torna-se absolutamente inviável pensar o sujeito travesti pelo viés heteronormativo. O que nos leva a problematizar: Como se inserem as travestis no sistema de gênero, se os corpos das mesmas não se enquadram no masculino ou no feminino? De fato, é preciso esse enquadramento?

Peres (2011) sugere que a travesti deve ser pensada fora dessas duas dimensões e que deve se romper com esse dispositivo de poder, estabelecendo um novo dispositivo que crie novos territórios de existência, propiciando novas conexões e multipossibilidades de viver a sexualidade.

Para Kulick (2008), através dos discursos das travestis podemos identificar características essencialistas e construtivistas. São essencialistas porque consideram que os machos são machos e as fêmeas são fêmeas em função dos seus órgãos genitais. Por isso não extirpam a genitália (o pênis), elas repudiam a ideia de fazer esse tipo de cirurgia, consideram absurdo mudar o biológico.

E são construtivistas porque elas também concebem a ideia de que, apesar de nascer “macho” ou “fêmea”, pode-se acrescentar atributos ou explorar possibilidades no seu corpo. Por isso muitas concebem o pensamento de que não se pode ser mulher, mas pode-se parecer com elas.

A categoria de gênero binária não permite desmembramentos ou reflexões sobre novas formas de se relacionar com a sexualidade e nos coloca engessados a estruturas construídas que não são capazes de responder sobre a travesti, pois a mesma quebra esse paradigma, propondo uma nova direção.

Ao longo das décadas, as formas de controle sobre o corpo estão se dissolvendo. Hoje, temos a mínima liberdade de modificar, através de vários procedimentos, algo que não queremos em nosso corpo e acrescentamos os mais diversos adereços.

2 TRAVESTIS E O TRABALHO SEXUAL

Nesse capítulo realizar-se-á uma breve descrição da história de vida das entrevistadas: Paola, Michele e Camila. Esse relato ajudará a entender quem são essas trabalhadoras, abarcando uma descrição social, educacional e pessoal das travestis.

Os dados expostos foram coletados através do questionário de perfil socioeconômico, juntamente, com o início da entrevista semi-estruturada, perguntas direcionadas à vida na infância e período da adolescência. Como se trata de um estudo de caso, a apresentação das entrevistas busca evidenciar quem são essas personagens, contar suas histórias de vidas, sua formação educacional e seus primeiros momentos quanto à sexualidade, à homossexualidade e ao trabalho sexual.

A entrevista foi dividida em três momentos: “Quem eu sou?” - é a apresentação das trabalhadoras, divididas por nome para um melhor entendimento; “De travesti a trabalhadora do sexo” – ajudando-nos a entender quais foram os caminhos trilhados pelas travestis, da construção da identidade travesti até adentrar ao mundo do trabalho sexual, ressaltando que não existe uma relação direta entre ser travesti e ser trabalhadora do sexo (obs.: haja vista que muitas ocupam outros espaços no mercado de trabalho), mas no caso das três entrevistadas, essa relação se apresentou; “Traso comigo, traso com você e traso com as outras” - foram relatados os fatores relacionais das trabalhadoras.

2.1 QUEM EU SOU?

2.1.1 Paola

Paola tem 26 anos de idade, nasceu em Manaus, no Estado do Amazonas, é católica, solteira, cor da pele branca e não tem filhos. Tem como meio de transporte o ônibus. Atualmente, mora com os pais, um irmão, uma irmã e um cachorro, em residência própria. Tem ensino médio completo. Em 2009, começou o curso de Odontologia, pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, mas não concluiu. Já exerceu a função de técnica em eletrônica, durante seis meses. Vive do

trabalho sexual há seis anos, com renda mensal individual em torno de cinco salários mínimos.

Sobre a infância, disse que brincava na rua, jogava bola, tomava banho de chuva e que aproveitou bastante esse período da vida. Não foi uma criança com muitos problemas de saúde. Seus pais eram atenciosos, cuidadosos, sempre preocupados com sua educação. A mãe é professora de formação, mas atualmente, ocupa o cargo de diretora em uma escola militar, o pai também trabalha, mas não informou a profissão.

Em relação às questões sobre sexualidade, relatou que, no período da infância, não pensava nesses assuntos e que no seu contexto não se discutia tais questões, tanto na família quanto os colegas da vizinhança. A única preocupação era “comer, dormir e brincar”.

Teve uma adolescência tranquila, fez ensino médio na Fundação Nokia de Ensino. Nesse período começou a entender melhor sobre sua sexualidade, sendo nessa fase onde assumiu a homossexualidade e seus primeiros momentos sexuais, concomitantemente ao início da transformação corporal.

Atualmente, apenas sobrevive do trabalho sexual, mas está planejando fazer graduação em Enfermagem, está se preparando para esse objetivo, fazendo curso preparatório para o vestibular. Disse que hoje se vê mais consciente, que a vida no trabalho sexual vai ter seu declínio, por isso está almejando outros objetivos.

No mundo do trabalho sexual ela possui pleno domínio de mercado, sabe aonde buscar clientes, identificar as áreas de maior lucratividade. Quando quer fazer uma cirurgia plástica ou quer acumular capital, viaja para a cidade de São Paulo, onde tem uma rede de contatos que a mantém sempre a atualizada.

2.1.2 Michele

Michele tem 28 anos de idade, nasceu em Manaus, no Estado do Amazonas. Atualmente, mora em Brasília. Não tem religião, é solteira, cor da pele parda e não tem filhos. Tem ensino médio completo. Mora com uma amiga, onde dividem os custos do apartamento. Nunca trabalhou em outro serviço. Vive do trabalho sexual há quatro anos, com renda mensal individual em torno de seis salários mínimos.

Sobre a infância, disse que viveu em uma família de estrutura tradicional, não passou por privações financeiras e estudava em escolas particulares. Em parte, considera um período feliz da sua vida, pois brincava, divertia-se e tinha bom envolvimento com os colegas da vizinhança.

Nesse período também começaram as primeiras dificuldades com a manifestação dos traços da transexualidade. Aos 7 anos gostava das brincadeiras típicas de meninas, usava os sapatos da sua mãe, imitando os trejeitos da mesma. Isso causava desconforto para seus pais, pois não sabiam lidar com aqueles comportamentos.

Aos 12 anos de idade já sofria preconceito na escola:

...então eles caçoam de mim, faziam brincadeira, pirraça, e aquilo vai te oprimindo cada vez mais, quer dizer, por um lado você tem a opressão da sua família que quer que você se comporte como um menino e por outro lado você tem a opressão dos seus amiguinhos da escola e também dos seus professores, porque não tem instrução nenhuma pedagógica, para lidar com esse tipo de situação. Meus pais me colocavam de castigo, me batiam, faziam com que eu não fizesse aquele tipo de ato e não brincasse com aqueles tipos de coisas. Na verdade o que eu mais queria era brincar de boneca.

A adolescência foi um período mais complicado, pois a opressão da família e das pessoas ao redor se tornou constante, pois diziam que era “safadeza”, “vergonhice”, dentre outras agressões verbais. Então, isolou-se socialmente, não participava dos encontros da família, festas e aniversários.

Nessa fase começou a se relacionar com outros homossexuais, e depois com outras travestis, onde se sentiu acolhida e, a partir desse momento, assumiu, sem tantos medos, sua travestilidade. Segundo Michele, foi um período de libertação e de muitas mudanças em sua vida.

Hoje, Michele se considera uma militante LGBT, está morando temporariamente em Brasília para participar de um debate sobre os direitos das travestis e transexuais. No início não gostava desse envolvimento, mas ao longo dos anos percebeu que precisava se implicar com essas questões, como ela mesma disse, “Se eu não me envolver, quem vai se interessar?”.

Disse que ficava feliz pelo fato de alguém está pesquisando esses temas, mesmo não sendo uma travesti ou trabalhadora do sexo. Também demonstrou desapontamento em saber que muitas de suas colegas não se interessam por essa problemática e espera que essa realidade mude.

2.1.3 Camila

Camila tem 29 anos de idade, nasceu em Manaus, no Estado do Amazonas, é católica, solteira, cor da pele parda e não tem filhos. Como meio de transporte utiliza o ônibus. Mora sozinha, em residência alugada. Tem pais vivos e dois irmãos. Possui ensino médio completo. Já exerceu a função de assistente administrativo. Vive do trabalho sexual há 10 anos, com renda mensal individual em torno de cinco salários mínimos.

Sobre a infância disse que sempre foi muito agitada, brincava com outras crianças na rua de casa. Sempre muito protegida por seus pais, nunca passou por privações financeiras nesse período. Relatou que aos 10 anos de idade já se sentia à vontade com meninas e que não gostava dos grupos dos meninos.

Nessa idade já “olhava para os boys”, não com desejo próprio dos adultos, mas pelo fato de andar com as meninas, acontecia naturalmente. Disse que seus pais não sabiam lidar com essas situações, mas apesar disso, nunca sofreu agressões dos mesmos. Sentia mais dificuldade na rua onde morava, sofrendo preconceito aos 12 anos de idade.

Aos 16 anos resolveu assumir sua homossexualidade, “eu disse pra mim mesma: vou assumir logo, se meus pais não aceitarem, eu saio de casa”, o que não foi necessário. Apesar do início complicado, seus pais a acolheram e foram aprendendo a conviver com a nova situação.

Nunca manteve relações sexuais com mulheres. Seu primeiro relacionamento homossexual foi aos 13 anos, com um adolescente de 17 anos, era seu amigo, também homossexual. Mantiveram relações por mais dois anos.

2.2 DE TRAVESTI A TRABALHADORA DO SEXO

Paola viveu em uma família que, raramente, falava sobre assuntos que envolvessem sexo ou aspectos da sexualidade e, como teve uma infância direcionada a brincadeiras de rua e depois aos estudos, só começou a se interessar por essas questões no período do Ensino Médio, por volta dos 15 anos. Nesse período obteve seus primeiros relacionamentos sexuais com algumas meninas da escola, mas nunca se sentiu confortável em manter relações com mulheres.

Foi quando começou a sentir atração física por homens, isso lhe causou muitos conflitos existenciais. Paola mantinha relações sexuais com mulheres, mas as queria apenas como amigas, gostava da companhia e dos assuntos que as meninas compartilhavam em entre si.

Pra eu decidir...saber que eu era gay...e a minha cabeça...eu chorava sozinho entendeu, isso na época do primeiro e segundo ano da escola...eu não sabia o que tinha de diferente em mim. Eu sabia que tinha uma coisa de diferente.

Nesse período houve uma busca pessoal para compreender seus sentimentos, pensava se era “ruim ou bom” o que sentia, se era “errado ou certo”, uma série de pensamentos atormentava-a, pois não sabia qual seria a reação de seus pais e como se daria a aceitação por parte das pessoas ao redor: “eu tive primeiro que me entender. Entender a minha cabeça. Para depois eu assumir alguma coisa para a mamãe. Como eu ia assumir se eu nem sabia quem eu era?”.

Apesar de sentir atração, ainda não tinha mantido relação sexual com homens, pois estava insegura e tinha receio do que podia acontecer no momento do sexo. Então, resolveu ir ao site de bate-papo UOL, para conhecer alguém que estivesse disposto a fazer sexo de maneira anônima. Marcou com vários homens, mas por medo, sempre desistia.

Até que um dia resolveu ir a um encontro marcado, era um homem mais velho, em torno de 40 anos de idade, na época ela tinha 17 anos. Não foi a relação sexual imaginada por ela, mas depois dessa primeira relação, “resolveu que era isso que queria”.

Depois que assumiu a homossexualidade, no mesmo período começaram as transformações físicas. No início seu objetivo não era ser uma travesti, apesar de

quando homossexual, já usava roupas curtas e justas, direcionadas ao público feminino.

A partir dos 18 anos começou a usar roupas femininas em definitivo, mas não se sentia à vontade com o seu corpo, pois além das roupas, queria um aspecto físico feminino. Nesse período começou a se relacionar com outras travestis, e se informava dos meios e métodos para uma transformação corporal mais efetiva.

A grande dificuldade era que, em Manaus, não existem as “bombadeiras”, com quem as travestis realizam a aplicação de silicone industrial, em quase todas as partes do corpo. Apesar de ilegal, esse procedimento é muito comum entre as travestis, por ser um caminho mais rápido e barato na construção do modelo de corpo feminino.

W: Não era aquele homossexual que usa roupas masculinas?

A: Não era aquele “homenzinho”. Nunca fui. Era predisposta a feminilidade (gargalhadas). Aos poucos eu fui me vestindo de mulher, quando eu virei travesti mesmo, foi em São Paulo. Que eu saí daqui aquela coisa “palhacinha”, de shortinho. Eu não tinha corpo. Entendeu?

W: Uma espécie de caricatura?

A: Isso mesmo. Uma coisa caricata! Quando eu voltei já tinha colocado silicone na bunda, na perna. Voltei com um cabelo: PÁ! (gargalhadas).

O principal motivo para entrar no trabalho sexual foi por causa do desejo da transformação física, quando “entrou no meio gay” conhecia muitas colegas que tomavam hormônios e as admirava. Paola também queria que os homens lhe desejassem e a vissem como “mulher de verdade”.

A sua primeira viagem para São Paulo foi para fazer as primeiras mudanças no corpo. Em Manaus conhecia uma travesti que fazia a intermediação para São Paulo. Chegando à cidade, ficou em um albergue de uma cafetina, onde eram realizados os procedimentos de aplicação de silicone industrial. O preço das cirurgias variava, dependendo da região do corpo e, principalmente, da quantidade aplicada.

O acordo era que, a cafetina pagasse a passagem Manaus – São Paulo e o procedimento cirúrgico, mas a travesti tinha que trabalhar fazendo os serviços sexuais para custear os gastos, acrescidos do aluguel do albergue, comida, roupas e dinheiro extra para a cafetina.

Para Paola, no início, esse acordo era justo, mas não era o que acontecia na realidade, pois o que se articulava era um sistema viciado de dependência financeira

da travesti com a cafetina. Os valores pagos aumentavam progressivamente, fazendo com que a travesti possuísse dívida muito maior do que a original. A quantia a ser paga era ajustada ao critério da cafetina.

A: Aí tinha ido para casa de uma cafetina. Aí babado! É uma casa onde mora 40 pessoas. Entendeu? Que quer a mesma coisa que tu: fazer plástica! Nisso tudo tem droga.

W: Uma precariedade.

A: Precário. Tu tem que pagar diária. Se tu entrar na casa tu assusta. É uma casa que não cômodo. É um monte de beliche, mala por cima de mala.

Disse que a maioria das cafetinas são esposas de muitos traficantes da região, isso dificulta a fuga do albergue sem ter quitado a dívida. E, no caso de alguma travesti se opuser à cafetina, era espancada pela própria cafetina ou por algum aliado do seu marido traficante.

Paola relatou que, na época que estava em São Paulo, era comum ouvir dizer que uma travesti fora encontrada morta por não pagamento de dívida ou em virtude de desavenças com a cafetina. Todas as travestis têm medo de serem mortas e acabam de submetendo a esse regime de serviço.

Depois de passar 1 ano e meio em São Paulo, voltou as escondidas para Manaus, com algumas transformações físicas: silicone nos seios, coxas, quadril e no rosto. Continuou com o trabalho sexual na cidade de Manaus, agora com mais entusiasmo, pois com as mudanças, aumentaram o número de clientes e, conseqüentemente, sua renda.

Já a trajetória de Michele foi diferente, desde criança apresentava comportamentos típicos do público feminino, aos 7 anos

Começa a brincar de boneca e colocar o sapato da mãe, ter três trejeitos femininos, eu tinha até uma forma de limpar o meus olhos quando eu chorava com lençinho. Assim parece que é uma mocinha, e um dia minha mãe me bateu porque eu limpei minhas lágrimas, mas assim, eu não gostava de brincar muito com menino, eu brincava mais com meninas.

Ainda nessa idade seus pais tentaram modificar seu comportamento, muitas vezes seu pai sentava ao seu lado e perguntava porque não gostava de brincar com os brinquedos dos meninos, ela respondia que não sabia o porquê desses desejos, que se “sentia bem melhor” com as meninas.

Na infância, disse que seus pais não sabiam lidar com uma criança transexual e se sentia oprimida, pois sempre compravam roupas e brinquedos

masculinos. Usava roupas das primas e brincava de boneca, sempre às escondidas. E quando sua mãe saía de casa, vestia as roupas mais extravagantes e bonitas.

Aos 12 anos, começou a ter noção das transformações físicas que ocorriam em seu corpo. Nessa época sofria *bullying* na escola, sofria agressões físicas e, principalmente, verbais. Sentia-se muito triste, num grau de sofrimento elevado, pois não era aceita na família e na escola.

Na adolescência, Michele disse para si mesma, que “não iria aguentar mais aquela opressão” da família e seus amigos de escola. No início foi muito difícil, acabou se isolando, não participava de aniversários e festas. Depois, conheceu outros homossexuais, travestis e transexuais. Isso a ajudou a se adaptar às novas amizades e a esse outro contexto social.

Já na adolescência se considerava uma travesti, além das roupas e comportamentos, tomava uma quantidade excessiva de hormônios por conta própria, o que a ajudou a apresentar atributos do corpo feminino mais rápido, pois ingeriu ainda na fase de crescimento.

Disse que, apesar de buscar características femininas, não se interessava por questões que envolvessem o sexo. Ela atribui isso ao fato de, dos 7 para 8 anos de idade, ser abusada sexualmente por um amigo do seu pai. Esse fato a reprimiu, ao ponto de evitar pensar em sexo.

Só voltou a ter coragem de se envolver com outros meninos aos 16 anos de idade, quando teve sua primeira relação sexual com um homem. Diferente da Paola, nunca transou com mulheres.

Para aperfeiçoar o corpo, também fez procedimentos cirúrgicos com as “bombadeiras”, com a aplicação de silicone industrial. Disse que não teve medo de fazer o procedimento cirúrgico: “eu acho que nenhuma travesti tem medo de aplicar silicone, pois a vontade é muito grande de se transformar, que acaba eliminando o medo”.

A primeira aplicação de silicone foi nas nádegas em uma clínica clandestina, de maneira precária. Apensar de saber dos riscos, a vontade de mudança era quase obsessão. O procedimento dos seios foi realizado em uma clínica legalizada, com todo o suporte e equipamentos necessários.

A sua iniciação no trabalho sexual ocorreu através de uma amiga da escola, que conhecia uma transexual que fazia programas. Nessa época largou os estudos e começou no trabalho sexual, mas ano seguinte voltou à escola e conseguiu

terminar o ensino médio: “terminei o ensino médio, mas com muita dificuldade, mesmo sem apoio nenhum da família e dos amigos”.

Depois de sair da escola, não conseguia emprego. Atribuição dada ao fato da discriminação, por sua aparência de travesti. Sem opções de trabalho formal, resolveu entrar no trabalho sexual de forma mais sistematizada.

Você não encontra apoio em nada. Na realidade onde você vai encontrar proteção é o único lugar onde as pessoas te procuram, você vai ter dinheiro, vai ter lucro. Você consegue, principalmente, autonomia e também estabilidade, confiança, independência.

O percurso da última entrevistada, Camila, ocorreu mais tranquilo, em comparação as outras. Aos 16 anos de idade, quando assumiu a sua homossexualidade, já estava mais adaptada a nova realidade, pois seus pais aceitaram com mais naturalidade.

O processo de transformação corporal foi acontecendo progressivamente. Começou a ingerir hormônios aos 17 anos de idade, não apresentou pressa na mudança física. Ao longo dos meses foi adquirindo a aparência feminina, disse que não sabia ao certo o que estava querendo, mas estava gostando dos resultados no seu corpo.

Até aos 20 anos só ingeria hormônios, mas tinha partes do corpo que não se modificavam, pois precisavam de procedimentos direcionados. Relatou que tentou trabalhar como assistente administrativa, mas não conseguiu, em virtude do preconceito que sofria.

Eu até tentei conseguir um emprego e tudo, mas a pressão era foda! Todo mundo me olhava, teve até gente que foi com o gerente pedir que eu saísse do trabalho. Imagina? Mas o gerente foi firme e disse que eu não ia sair. Depois, para evitar o estresse, eu preferi sair.

Depois dessa situação constrangedora, Camila resolveu não buscar mais emprego formal, pois imaginava a frustração, o estresse, a discriminação e o sofrimento que isso lhe causaria, e, com o desejo de uma mudança mais radical, resolveu adentrar no trabalho sexual também pela rapidez em ter dinheiro.

Depois para evitar o estresse eu preferir sair. Entrar foi rápido, tinha algumas amigas travestis que faziam programa, daí fui entrando... quando vi já estava acostumada, mas no início é complicado. Imagina dormir com muitos homens num dia (gargalhadas).

No caso de Camila, seu interesse foi o financeiro, não declarou o prazer sexual como uma motivação inicial. Ela foi adquirindo e acumulando dinheiro, viajou para São Paulo, fazendo sua primeira plástica, também com as “bombadeiras”, mas depois conseguiu fazer uma cirurgia no rosto em clínica especializada.

Por ter quase 30 anos, pensa na velhice, almeja começar uma faculdade e ter um trabalho que possa se aposentar dignamente. Hoje, atende clientes agendados e, através da experiência dos anos, consegue conciliar melhor a relação prazer-dinheiro no trabalho.

2.3 TRANSO COMIGO, COM VOCÊ E COM AS OUTRAS

Segundo o dicionário Aurélio (2000), o verbo transar tem significados diferentes, dependendo da transitividade do verbo. Assim, serão usados três significados para pontuar as ideias da pesquisa. Transar no sentido de: sentir-se bem com; possuir relação efetiva, amorosa ou sexual com outra pessoa; negociar e combinar.

A escolha do verbo é proposital, pois essa palavra permeia as relações sociais que as trabalhadoras do sexo vivenciam durante sua trajetória de vida. A primeira parte do subtítulo “transo comigo”, refere-se às percepções que as trabalhadoras possuem de si mesma, quanto à travestilidade e ao trabalho sexual.

“Transo com você” se refere à relação afetiva, amorosa e sexual que elas possuem com seus clientes. E em “transo com as outras” diz respeito como se dá o relacionamento com as outras trabalhadoras do sexo e os tipos de vínculos criados entre as mesmas.

2.3.1 Transo comigo – “sentir-se bem com”

Apesar do foco do objeto da pesquisa não ser a travestilidade, percebeu-se que esse fator influencia diretamente na escolha da atividade. Pelo fato das travestis assumirem publicamente a sua identidade, grande parte é expulsa de casa, discriminadas no mercado formal e informal de trabalho.

Uma das perguntas principais da entrevista: O que é ser uma travesti pra você? Será usada como base para o entendimento de como as elas se percebem

com sujeito no mundo, entendendo as próprias percepções na construção das suas escolhas.

Desse modo, Paola pontua que não são apenas as características externas que fazem você ser uma travesti, mas como você se comporta, pensa e percebe o mundo ao seu redor: “ser travesti não é colocar um peito, uma bunda. Pra mim o conceito de travesti está na ‘cabeça’”. Não é apenas ter um corpo que apresente as características do feminino, mas o que você pensa, deseja e acredita devem ir na mesma direção.

Atrelado a isso, ainda expõe que não se sentia bem apenas sendo um *gay*, que “fazer essa passagem para o mundo feminino foi natural” e que não buscou essa transformação apenas para fins estéticos, mas para se sentir mais mulher, pois não gostava da sua aparência física.

Eu fui conhecendo pessoas, eu fui me agradando daquilo, e vi que era isso que eu queria. E mais, uma coisa de atitude, olha só... A forma de agir, eu sou doida, eu sou escandalosa, mas eu sei me comportar nos lugares, eu consigo entrar em um lugar e fazer com que as pessoas simpatizem por mim, eu tenho muito isso, entendeu? O povo gosta de mim, ser travesti é isso. Se o intuito é a aparência feminina, não adianta ter só a aparência feminina, e se comportar que nem um “pedreiro”, tem que ter educação na forma de se comportar. Eu visto roupa curta, mas eu não vou ao médico com uma minissaia. Eu acho que é mais comportamento o fato de ser travesti. Não é tu botar um peito e dizer: eu sou travesti. A travesti está na cabeça, na mente da pessoa.

O depoimento de Michele teve pontuações parecidas à de Paola. As duas expuseram a definição de travesti associado ao comportamento, à personalidade e à maneira de interagir com as outras pessoas. E que não apenas se veste como mulher, mas se sente como tal.

Disse que ser travesti também é se posicionar frente às discriminações. Para tanto, relatou um fato no período do ensino médio. Como não se sentiu bem em ir ao banheiro masculino, decidiu, por conta própria, ir ao banheiro feminino, mas as meninas ficaram revoltadas com a situação, foram ao diretor da escola pedir providências para expulsá-la.

O diretor pediu para Michele não ir mais ao banheiro feminino, isso lhe causou tristeza e muita revolta. Nesse ano desistiu de ir à escola. Mas, no ano seguinte se matriculou na mesma escola e, depois de muita negociação, a instituição cedeu. E Michele começou a frequentar o banheiro feminino, agora com a autorização da escola.

Já a travesti Camila não passou por muitas dessas situações, disse que seus pais não admitiam que nada de ruim acontecesse com ela, fazendo com que, a construção da identidade homossexual e depois a travestilidade, não fosse marcadamente sofrida. Para Camila, ser travesti é

...ser você mesma sem medo de repressão. É se sentir como mulher, poder andar como uma mulher. Eu sou uma mulher, gosto de coisas de mulher. Vejo muitas travestis que ainda não pensam assim... Eu nunca pensei em ser uma travesti, mas eu fui gostando de ser cada dia mais uma mulher. Hoje, eu sou muito feliz com o resultado das plásticas que fiz e pretendo fazer mais (gargalhadas).

Em relação ao trabalho sexual, Michele disse que entrou por dois motivos: a falta de apoio da família, posto que foi excluída, rejeitada e discriminada pelas pessoas próximas, “nessa época tinha de 15 a 16 anos de idade, estava no ensino médio”. O segundo motivo foi em virtude de que não conseguir trabalho formal. Devido a discriminação e preconceito, “as pessoas me olhavam com aquela cara, já sabia que não ia conseguir nada ali”.

Ainda no ensino médio, conheceu uma travesti chamada de “Luana”, que fazia programas e lhe deu as primeiras orientações sobre esse trabalho. Paralelamente, desistiu de ir à escola, sofrendo muita resistência dos pais, voltando a estudar no ano seguinte, concluindo o ensino médio, com grandes dificuldades.

Disse ainda, que o principal medo no início do trabalho sexual era por não conhecer muitas pessoas desse meio, pois era dedicada ao estudo e vivia em um ambiente tradicional familiar. Essa mudança impactou e mudou seus conceitos e pensamentos de vida.

Descreveu a primeira vez que fez um programa, relatou que estava nervosa. Junto a uma amiga travesti foi para uma esquina, um carro parou a seu lado e lhe ofereceu 50 reais para um programa sexual: “na época para mim era muito dinheiro, daí não parei mais”. Depois dessa experiência, começou a intensificar as transformações físicas, visto que, quanto mais próxima de um corpo feminino, teria mais clientes e mais dinheiro.

Continuou expondo que aprendeu a gostar do trabalho sexual. Não é apenas o dinheiro que a impulsiona, mas também o prazer sexual, pois se fosse apenas o dinheiro, já teria saído da atividade: “tenho o prazer financeiro, monetário, muito mais que o sexual. Enquanto o prazer sexual é 25% o prazer de ter dinheiro é 75%”.

Ao contrário de Michele, Paola disse o trabalho sexual lhe dá muito mais prazer: “50% dinheiro e 50% prazer sexual”. Apesar de o trabalho lhe trazer benefícios financeiros, também gosta muito do sexo, de ser tocada por um homem e que se fosse apenas por dinheiro não estaria mais em atividade.

Paola relatou que tinha medo de sofrer agressões físicas, de se perder, de ser assassinada, pois não tinha experiência. Atualmente, não tem mais esses medos: “aprendi a me defender, aprendi a brigar na rua”. Mas, mesmo assim, ainda cultiva os medos de envelhecer e não ter estabilidade financeira.

Atualmente, Camila está no trabalho sexual mais pelo dinheiro. Depois de 10 anos na atividade, o prazer sexual não tem a mesma relevância do início dos serviços.

Gosto e não gosto, confesso que, antigamente, eu gostava mais do sexo, mas enjoa sabe? Muito homem, muito homem, enjoa isso, mas eu sinto prazer com alguns homens sim! Tem boys lindos (gargalhadas). Mas assim, eu gosto do que faço, mas é mais pelo dinheiro, com certeza.

2.3.2 Transo com você – “possuir relação efetiva, amorosa ou sexual com outra pessoa”

Essa sessão não iria ser incluída, visto que os clientes das travestis não estão nos objetivos da pesquisa, mas resolvi acrescentados, pois eles são os consumidores do serviço e estiveram presente nos relatos das entrevistadas.

O público consumidor desse serviço é diverso, que segundo as entrevistadas, pode ser um jovem que chega ao orgasmo em poucos minutos, ou um senhor casado com esposa e filhos. Ou homem solteiro ou um casal homo/hetero em busca de fetiches e fantasias. Ou pode ser um homossexual não assumido, ou ainda mulher – que tem o desejo de ser penetrada por uma travesti.

No tratamento com os clientes, Paola é muito prestativa, se adéqua aos pedidos ou fantasias sexuais dos mesmos, oferece seus serviços em um site, juntamente, com outras travestis. Nele, os clientes podem solicitar o número de telefone para marcar o encontro ou pedir informações.

Quando estava realizando a entrevista, Paola recebeu três ligações de possíveis clientes, para agendamento ou para obter maiores informações sobre o serviço. Ela mostrou-se paciente para explicar tudo o que fazia, ou não, na hora do sexo e os preços de cada serviço, pois variam conforme as circunstâncias.

O serviço é taxado por hora. Nesse intervalo o cliente pode pedir o que quiser: sexo oral, sexo anal, fantasias, *fetiches* e etc. Passando de 1 hora, ela encerra o serviço, mesmo o cliente gozando ou não. A hora custa 200 reais, meia hora 100 reais. Atende casais, mas tem quer ser casal homem x mulher ou homem x homem, não atende casal mulher x mulher, pois não sente excitação com mulheres. Casal custa o dobro, 400 reais.

As outras duas travestis, Michele e Camila, deram respostas mais curtas, sobre esse assunto, mas não foram muito diferentes de Paola. Elas também mantêm relações apenas com homens, cobram por hora e fazem propagandas em sites de específicos.

Em relação ao tratamento com os clientes, Michele busca envolvimento estritamente profissional com seus clientes, diferente de Paola, que tem um maior envolvimento afetivo. Michele acredita que qualquer outro envolvimento com os clientes pode fazer com que eles “se apaixonem” por ela. E isso ela busca evitar, visto que muitos clientes são casados e, ao decorrer do tempo, pode lhe trazer preocupações.

2.3.3 Transo com as outras – “negociar e combinar”

Nessa sessão se aborda como as travestis se relacionam entre si e que tipo de envolvimento que está presente nessas relações, visto que no trabalho sexual existem muitas situações de vulnerabilidade, entender como elas se relacionam ajuda a compreender o seu envolvimento com o mundo do trabalho.

Ao longo da vida, cada indivíduo conhece e se relaciona com várias pessoas, ocorrendo uma série de trocas, idas e vindas, perdas e ganhos, fazendo com que se possa ir desenvolvendo habilidades e adquirindo experiências para as diversas situações do cotidiano.

Michele conheceu outras travestis para buscar apoio emocional, pois sofria discriminações e preconceitos da família e da escola. Foi através desse apoio que resolveu assumir, sem medo, sua travestilidade. Antes não frequentava ambiente familiar, não saía de casa, vivia isolada, fugia das pessoas para evitar sofrer violência física e verbal.

Como já exposto, a falta de oportunidade no trabalho formal foram um dos motivos para entrada no mercado do sexo e, como conhecia travestis que faziam programas, resolveu entrar nesse ramo. Nunca manteve muitas amigas travestis e, nem foi de pedir conselhos para as mudanças corporais, pois antes dos 15 anos de idade, já tomava hormônios, ou seja, a sua aparência feminina fez parte do seu desenvolvimento físico natural.

Já Paola foi completamente diferente, assumiu sua homossexualidade aos 18 anos de idade, conheceu primeiro o meio *gay*, para depois conhecer as travestis e foi se relacionando, com o intuito de buscar informações de como seria possível às transformações físicas.

Era muita extrovertida e animada, o que facilitava entrar mais rapidamente no meio. Diferente de Michele, Paola trabalhou em albergue com muitas travestis, isso fez com que conhecesse a realidade social de muitas meninas de quase todos os estados do Brasil.

Disse que nos primeiros dias no albergue, levou uma “tapa na cara” de uma travesti que chegou bêbada, mas que entendeu a situação e depois de um tempo se tornaram muito amigas. Até mesmo a cafetina, que muitas vezes lhe agrediu, depois de um tempo conversou com ela por *web* vídeo e que “fizeram as pazes” e discutiram sobre negócios futuros.

Camila sempre foi muito amiga das outras travestis, não sofreu muitas violências das mesmas, visto que era adulta quando resolveu viajar para fazer plásticas, tinha experiência, em virtude da idade. Também viveu em albergue, mas sabia se adaptar às situações e buscava não criar confusões com as responsáveis da casa.

E assim se constroem as histórias que as trabalhadoras do sexo estabelecem com elas mesmas, com os clientes e com suas colegas de trabalho. Essas profissionais estão inseridas dentro de um sistema, não apenas de relacionamento pessoal, mas de fatores sociais vivenciados cotidianamente.

Como as trabalhadoras estão vinculadas ao contexto histórico, podemos pensá-las como inseridas na parte da nova classe de trabalho: o precariado, onde podemos entender quais são os fatores ajudam na sua exclusão.

3 PROBLEMÁTICAS EM RELAÇÃO AO TRABALHO SEXUAL

No capítulo inicial do livro *Filosofia do Amor* (1892 p.2), o psicólogo Georg Simmel, afirmava que se prostituir não seria da vontade das mulheres, não seria um divertimento, um prazer. Ele associava a prática à miséria, à falta de escolha e que lhes faltava educação moral “ou acaso se estima que seja uma delícia, noite após noite, em qualquer tempo... servir de mecanismo ejaculatório ao primeiro indivíduo que apareça, por mais repugnante que seja?”.

Depois de 120 anos da obra de Georg Simmel, as percepções sobre a prostituição se modificaram, outras formas de pensamentos possibilitam pensar esse serviço como um trabalho, a nível objetivo e subjetivo. Isso clarifica a ideia que a sociedade deve caminhar, adequando-se ao tempo e às novas circunstâncias, possibilitando quebra de paradigmas.

No poema *Mulher da vida*, do livro *Poemas de Goiás e Estórias Mais* (1996, p.24) Cora Coralina explicita, em poucas palavras, que essa atividade vai muito além da prostituição, vai muito além de se deitar em uma cama como mero objeto de prazer ou servir de mecanismo ejaculatório, mas ocupa papel de relevância social, cultural e histórica.

“Mulher da Vida,
 Minha irmã.
 De todos os tempos.
 De todos os povos.
 De todas as latitudes.
 Ela vem do fundo imemorial das idades
 e carrega a carga pesada
 dos mais torpes sinônimos,
 apelidos e ápodos:
 Mulher da zona,
 Mulher da rua,
 Mulher perdida,
 Mulher à toa.
 Mulher da vida,
 Minha irmã”.

Anteriormente, vista como perdida, da zona, da vida, de todos os cantos e das esquinas. Hoje, apresenta-se como trabalhadora do sexo. Assim, é necessário inseri-la nas novas configurações do trabalho, como no precariado, para evidenciar os processos de exclusão que estão por trás da sua atividade.

3.1 AS TRABALHADORAS DO SEXO COMO PARTE DO PRECARIADO

Na divisão das antigas classes de trabalho: elite, assalariados, profissionais e trabalhadores manuais, surge uma nova classe, o precariado. É definida por Standing (2013, p.25), como um “grupo separado de pessoas hostis socialmente desajustadas, vivendo à custa da escória da sociedade”, não se encaixando em nenhum status profissional.

As trabalhadoras do sexo se enquadram nessa nova classe, por apresentarem algumas características do precariado, dentre elas:

- a) Não ter esperança de integração social;
- b) Desprovidas de garantias trabalhistas e;
- c) Sem perspectiva de crescimento.

As trabalhadoras sexuais também alimentam o precariado, pois grande parte é criminalizada, de uma maneira ou de outra (STANDING, 2013). A falta de leis que regulamentem a atividade potencializa a marginalização, tornando-as sem perspectiva de valorização.

Outra característica é a informalidade presente no trabalho sexual, enfatizando que a atividade informal, não é apenas um fenômeno exclusivo em países em desenvolvimento ou de países em processo de industrialização, mas uma realidade da economia contemporânea. (COSTA, 2015).

Além das características do precariado, essa atividade ainda está repleta de situações de precariedade, tais como, incidência de Dst's, violências físicas e verbais, dificuldades de espaços para atuação, discriminação, preconceito e falta de leis que regulem a profissão.

Em relação à incidência de doenças sexualmente transmissíveis, existe um alto risco em virtude do grande número de parceiros sexuais, associado ainda às práticas como o consumo de álcool e drogas (PASSOS E FIGUEIREDO, 2004). Apesar da maioria dessas profissionais utilizarem métodos preventivos, até mesmo exigirem de seus clientes tais cuidados, esse fator ainda não as exclui dos grupos que são suscetíveis a Dst's.

Michele, trabalhadora do sexo, relata que essa dificuldade ainda está distante de ser mais resolvida, pois não basta oferecer os meios para minimizar o problema, mas oferecer as informações, um projeto mais direcionado a educação e conscientização.

Eu acho que o principal era ter uma política pública para esse grupo e somente com grupos de risco já que se fale HIV/AIDS. Não adianta nada você colocar exames gratuitos, remédio gratuito, se você não tem um controle disso e o controle maior seria feito nesse meio, no meio de grupo mais arriscado, junto a conscientização a informação, principalmente é levar informação e o acolhimento das pessoas que já estão doentes (Michele, 28 anos).

Tenho muito medo de pegar doença, evito deitar com o cara que não usa camisinha. Às vezes eles oferecem mais dinheiro para não usar. Daí tu sabe ne? (gargalhadas) (Camila, 29 anos).

Outro fator são as violências praticadas por terceiros. Anteriormente, as trabalhadoras do sexo sofriam forte perseguição por parte dos policiais, muitas vezes eram espancadas sem motivo aparente. Havia maior repressão, pois consideravam essas trabalhadoras abaixo da escala social. A falta de leis que regulamentam essa atividade as torna mais suscetíveis a agressões.

No caso dos clientes, existem muitos casos de agressões, principalmente, quando o mesmo se nega a cumprir o valor estipulado para o serviço sexual. A trabalhadora não sabe a quem recorrer, pois, na maioria dos casos registrados na delegacia, são esquecidos, justamente por se tratar dessa atividade.

Quando você é agredida por um cliente, às vezes o cliente não quer te pagar, daí você chama a polícia, mas ela não vai fazer nada, só vai obrigar o cara te pagar. Se ele não tiver dinheiro para te pagar, a polícia não pode fazer nada, vai ser só mais um programa que você fez, um sexo gratuito, então não existe punição para quem maltrata as travestis ou para quem desrespeita. Enfim, é isso a parte do trabalho que me deixa mais triste. E a impunidade também. (Michele, 28 anos)

Há profissionais que trabalham nas ruas e beiras de calçadas, onde o risco à vida é constante, facilitando agressões físicas e verbais. Exemplos assim são comuns nos noticiários ou jornais travestis assassinadas por arma de fogo ou espancamentos. (NOGUEIRA, AQUINO, CABRAL, 2017)

W: Já teve algum momento que pensou que iam te matar?

A: Já tive. Já pulei de moto. Outra vez um cara me deu um murro, eu estava na janela do carro... Quando eu virei, a mão dele já vinha na minha direção. Quando ele veio para dá o segundo soco, eu segurei assim: Ei, tá doido é?! Falei: Por que está me batendo menino? Eu gosto de bater em travesti. Aaaaah, você gosta de bater em travesti é? Segurei pelos cabelos dele (olha você vai cortar né? (gargalhadas)) Dei um murro na nuca dele. Aí eu peguei, caí para o outro lado do carro.

W: Isso dentro do carro?

A: Dentro do carro. Foi do nada. Entendeu? A porrada foi no banco da frente. Eu abri a maçaneta e caí de costa no chão, já puxei a bolsa com

tudo. Eu saí e fechei as portas, aquela coisa... Eu peguei e bati no retrovisor...quebrei o retrovisor. Aí ele pegou e desceu do carro e já foi me dando “bicuda”, só que ele era maior do que eu, eu não podia me atracar com ele. Eu sabia que não tinha força contra ele. Ele tentou pegar a minha bolsa, joguei a bolsa para o outro lado. Ele pegou o carro para sair, daí eu peguei uma pedra e joguei no vidro da frente, e foi no peito dele, com vidro e tudo. Ele desceu, me chutou mais ainda. Na hora apareceu outro carro, e ele saiu no carro dele correndo. Se o carro não tivesse aparecido, ele teria me matado. Babado!!! (gargalhadas). (Paola, 26 anos).

Estas profissionais ainda são vítimas do preconceito e das humilhações existentes, tanto no trabalho quanto nos ambientes particulares (MOREIRA e MONTEIRO 2009). Vivemos em uma sociedade originalmente patriarcal, marcada pelo machismo e uma histórica segregação das minorias.

O trabalho sexual, apesar de ser uma atividade antiga e ter ganhado representações diferentes ao longo da história, ainda permanece à parte nas discussões e debates, principalmente no âmbito das políticas públicas, para resguardar direitos e proteção.

A discriminação, talvez, seja a mais importante a ser considerada, pois ela pode gerar todas as outras situações precárias mencionadas, por isso deve ser pensada com mais seriedade e rapidez, posta em debates. Um dos poucos espaços para essa problemática são universidades, cuja discussão já acontece.

A última situação de precariedade é a falta de leis que reconheçam esse serviço como uma atividade profissional. Esse aspecto acaba agravando ainda mais a realidade das trabalhadoras, pois são as legislações que garantem que os direitos sejam respeitados, e, sem esse amparo, acabam à mercê das mais diversas situações discriminatórias.

3.2 UMA POSSIBILIDADE DE REGULAMENTAÇÃO BRASILEIRA DAS TRABALHADORAS DO SEXO

Holanda, Suécia, Espanha e Portugal são os primeiros países a propor a criação de leis que regulem a profissão de trabalhadora do sexo. Na Espanha, por exemplo, depois de protestos e reivindicações, os deputados sancionaram um projeto de lei que descrimina a atividade profissional.

Em Portugal, um país tradicionalmente católico, já está em tramitação um projeto de lei que regulamenta a atividade. Em 2015, houve manifestações que reivindicaram tais direitos, intitulada: Trabalho sexual é Trabalho, organizada não apenas por prostitutas e travestis, mas por todos os profissionais que trabalham oferecendo serviços e produtos sexuais, dentre eles, os vendedores de produtos eróticos, *stripper*, atores de entretenimento adulto, donos de *sex shop* e garotos de programas. (RELATÓRIO RTS, 2012)

No Brasil, a atividade do profissional do sexo já está registrada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) como prestadores de serviços. De acordo com esta classificação, os profissionais do sexo trabalham por conta própria, podendo atuar tanto em locais públicos quanto privados, em atendimento e acompanhamento de homens e mulheres com orientações sexuais diversas e em participações de ações educativas no campo da sexualidade.

Segundo Silva et. Al. (2010), o trabalho dos profissionais do sexo deve ser entendido como uma prática laboral, marcado por significados sociais, históricos e culturais, construídos sob influências do momento e do meio onde é praticado. Estes profissionais agem no imaginário do homem e da mulher, por meio da oferta de prazeres e práticas sexuais diferenciadas, especiais e incomuns.

A categoria profissional do sexo é composta por pessoas que praticam o sexo, de modo impessoal, visando um valor em dinheiro e/ou qualquer outro benefício econômico (RODRIGUES, 2004). De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é definido como profissional do sexo aquele que, mediante a remuneração ou vantagem, utiliza-se do próprio corpo e exerce o comércio sexual. No Brasil, a profissão não é considerada um crime.

O projeto de Lei nº 98/2003 do Deputado Fernando Gabeira, que tinha por objetivo legalizar e regulamentar a atuação do profissional do sexo, foi vetado. Conforme Silva et al (2010), há, aproximadamente, 26 associações de apoio à

categoria, espalhadas em diferentes estados e cidades do Brasil. Estas visam reivindicar os direitos e deveres dos profissionais da prostituição.

O Deputado Gabeira pretendia beneficiar a profissional do sexo com a aposentadoria, por exemplo, uma vez que a lei brasileira não oferece esse benefício para o então “fornecedor do prazer”. Caso a profissão de trabalhadoras do sexo fosse descriminalizada, elas poderiam pagar INSS como autônomas, poderiam obter as vantagens de atendimento médico particular, pois se constitui como profissão de risco, bem como, obter a aposentadoria quando atingissem idade mais avançada.

As profissionais do sexo também encontram opositores contrários ao projeto de lei de Gabeira. Acredita-se que a legalização da profissão irá favorecer a exploração da prostituição. Além disso, os estudos sobre o assunto revelam que a prostituição é fonte para o tráfico de seres humanos, aumento da exploração e prostituição infantil, além da contribuição para o tráfico de drogas. (SILVA, 2010).

No que concerne às crianças e aos adolescentes, há amparo pela lei nº 8.069/90, mais particularmente, pelo art. 244, que expressa pena ao proprietário do local que submeta criança ou adolescentes a prática do sexo, bem como a pessoa que se aproveita sexualmente de adolescente maior de 14 anos, exposto à prostituição ou exploração sexual.

De acordo com a Lei nº 12.015/09, só ocorrerá crime quando for mantido um estabelecimento, no qual ocorra a exploração sexual. A exploração só é caracterizada quando uma pessoa for obrigada a praticar sexo contra a sua própria vontade ou sem remuneração. Além das violências físicas, ocorrem as psicológicas, corroborando com as ideias de Moreira e Monteiro (2009, p.190), que considera que

nesta atividade, as mulheres não escolhem os clientes e a violência neste cenário é constante. Não se trata apenas de violência física, mas, sobretudo são comuns os abusos sexuais, tráfico, estupros, roubos e a violência psicológica manifestada por humilhações, ofensas verbais e morais.

Em 2012, o deputado Jean Willys propôs o projeto de Lei Gabriela Leite, que visa regulamentar a atividade, mas a votação no plenário foi contrária a sua aprovação. Nessa lei, no artigo primeiro, considera profissional do sexo toda pessoa maior de dezoito anos e absolutamente capaz que, voluntariamente, presta serviços sexuais mediante remuneração.

Apesar da legislação brasileira está atrasada nas discussões dessa problemática, já é possível vislumbrar possibilidades de debates sobre o trabalho sexual, como uma atividade profissional, impulsionada também pelo exemplo de alguns países se posicionarem a favor do trabalho sexual.

Outro exemplo diz respeito ao fato ocorrido no dia 17 de março de 2016, onde a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de Tocantins, concedeu *habeas corpus* Nº 211.888 - TO (2011/0152952-2), a uma garota de programa acusada de roubo, afirmando que profissionais do sexo têm direito a proteção jurídica e que seria possível cobrar pelo serviço oferecido. Pois, ao tomar à força um cordão folheado a ouro do cliente, que não quis pagar pelo sexo, não caracterizou roubo pelos ministros dos TJ.

Afirmou o relator do *habeas corpus*, ministro Rogério Schietti Cruz, que

não se pode negar proteção jurídica àqueles que oferecem serviços de cunho sexual em troca de remuneração, desde que, evidentemente, essa troca de interesses não envolva incapazes, menores de 18 anos, pessoas de algum modo vulneráveis e desde que o ato sexual seja decorrente de livre disposição da vontade dos participantes (p.3).

Esse *habeas corpus* foi contrário ao juiz de primeiro grau, que havia condenado a ré, pelo artigo 345 do CP (Código Penal). De acordo com o Ministério Público do Tocantins, que sustentou a acusação contra a mulher, não teria sustentação em virtude do exercício da atividade.

Em seu parecer, o ministro lembrou que o Código Brasileiro de Ocupações de 2002, do Ministério do Trabalho, menciona a categoria dos profissionais do sexo, o que “evidencia o reconhecimento, pelo Estado brasileiro, de que a atividade relacionada ao comércio sexual do próprio corpo não é ilícita e, portanto, é passível de proteção jurídica” (p.12).

Além disso, afirmou que a Corte de Justiça da União Europeia considera a prostituição voluntária uma atividade econômica lícita, ressaltando que o Brasil não está submetido a essa Corte.

O Brasil está longe de uma mudança trabalhista, no que tange o trabalho sexual, faz com a trabalhadora componha o precariado, o mesmo não consiste apenas em indivíduos com histórias ou contextos semelhantes, não é somente composto pelos setores do comércio ou indústria. Standing (2013, p.130) enfatiza

que “faz sentido em pensar que há variedades de precariado, com diferentes graus de insegurança e atitudes para ter uma vida precariada”.

Dessa forma, a exclusão de trabalhadores também pode ser chamada de precarização e se apresenta não apenas na economia, mas tem seus desdobramentos na política, cultura, nas etnias e nas relações de gênero (HAESBAERT, 2013). As trabalhadoras do sexo fazem parte desse exército de indivíduos sem perspectiva trabalhista.

Em virtude de o trabalho sexual ser discutido como atividade laboral, apenas no fim do século XX e, principalmente, no início do século XXI, muitas questões precisam ser repensadas, os debates ainda são escassos e, até mesmo, no entendimento do trabalho sexual como atividade profissional, ainda é concepção em construção.

Apesar de ocorrerem algumas conquistas em esferas do direito, sabe-se que as trabalhadoras do sexo ainda são um grupo social discriminado e marginalizado. As políticas públicas para essa área da sociedade são muito insipientes, frente à necessidade e a complexidade dessas relações.

Todos esses fatores de precariedades não possibilitam que a trabalhadora do sexo exerça sua atividade com todos os direitos garantidos. Isso não ajuda a profissional a vislumbrar melhorias na sua atividade, causando-lhe, muito provavelmente, tristeza, desapontamentos e tantos outros sentimentos de negativos.

Assim como em qualquer outro trabalho, elas precisam de independência, não apenas financeira, mas que a atividade possa lhes possibilitar emancipação pessoal. Muitas não querem sair da atividade, mas fazer do trabalho sexual um complemento de renda.

3.3 ALGUNS ASPECTOS DA EMANCIPAÇÃO NO TRABALHO SEXUAL

A ideia de emancipação é ampla e permeada por uma série de discussões. A intenção do capítulo não é abordar todos os níveis de emancipações, nem discutir a nível epistemológico ou propor análises teóricas específicas. Mas, partir de um conceito base, uma definição correlacionada aos achados da pesquisa.

Ao longo do século XX, o conceito de emancipação começa a ser debatida. A discussão se intensifica pelos teóricos da Escola de Frankfurt, bastante influenciados pelas ideias marxistas que abriram caminhos para o surgimento não apenas da emancipação social, mas da financeira, pessoal, econômica, política, cultural e humana (SANTOS,1999).

A emancipação pode ser entendida como a capacidade do ser humano de, a partir de reflexões sobre as problemáticas do seu tempo, constituir-se como sujeito autônomo, pensando de maneira crítica sua condição social e humana que o possibilite a uma transformação social e o torne mais digno (ZITKOSKI, 2008).

De modo semelhante, Santos (1999) enfatiza que o processo de emancipação deve caminhar para a cidadania e que a luta por mudança promova não apenas igualdade social, mas possa fazer que o indivíduo seja capaz de ser responsável por suas escolhas e orientar o seu destino.

Mas, como definir o que faz uma trabalhadora do sexo ter emancipação? Esse pressuposto partiu dos discursos das próprias trabalhadoras, onde se verificou os fatores que as transformam socialmente, as tornam mais dignas e as direcionam para a independência como trabalhadora. Nesse interim, também foram relatados os fatores que dificultam a sua emancipação.

Os fatores encontrados de emancipação caminham em três direções. O primeiro diz respeito ao sentido de independência financeira, que possibilita a travesti adquirir liberdade econômica e usufruir de bens acessíveis a qualquer pessoa. A situação de ter dinheiro altera completamente sua trajetória de vida, pois além de bens, a travesti pode começar a transformação corporal através de cirurgias plásticas.

Segundo Fonseca e Guedes (2011), as pesquisas dos Programas de Saúde na Família elucidam que a conquista da independência financeira para o público feminino tem peso significativo para a transformação e libertação da opressão e violência.

Podemos realizar um paralelo com as trabalhadoras do sexo. Michele, por exemplo, relatou que a independência financeira foi um dos principais motivos para a sua entrada no trabalho sexual e buscava ter mais autonomia, já que dependia financeiramente de seus pais, fato que lhe incomodava bastante. De acordo com ela, não ter oportunidade no mercado formal também influenciou em sua escolha.

Você vai ter dinheiro, é onde você vai obter lucro, onde você vai conseguir aquilo que você quer: autonomia. Principalmente autonomia, mas também estabilidade e autoconfiança. Posso dizer que eu sou independente e tenho meu próprio dinheiro, esse foi o principal fator que me levou a prostituição. (Michele, 28 anos).

Depois que começou a conseguir dinheiro com os serviços sexuais, mudou-se da casa dos pais. Atualmente, mora em um apartamento alugado junto com uma amiga, onde dividem os custos. Comprou bens próprios, como carro e equipamentos eletrônicos. Também resolveu fazer uma poupança financeira, onde vislumbra comprar uma casa própria.

Sobre a sua renda mensal, Michele relatou ganhar em torno de 6 salários mínimos. Levando em consideração o atual valor do salário mínimo de R\$ 937,00, pressupõe-se que o valor da renda mensal de Michele seja em torno de R\$ 5.622,00.

Essa quantia é considerada alta, comparado ao ganho da maioria dos brasileiros com carteira assinada em regiões metropolitanas (IBGE, 2016). E como ao trabalho sexual não é obrigatório o pagamento de impostos ou qualquer tipo de tributo ao governo, torna-se a renda líquida alta.

Paola, por sua vez, afirmou ser muito feliz com os seus ganhos mensais, porém diferente de Michele, não foi apenas o dinheiro que a motivou a entrar no mercado sexual, bem como o prazer sexual.

Quando começou os serviços sexuais, ganhava em torno de 10 a 20 reais por programa, pelo fato de não ter o corpo feminino bem definido e estava no início das transformações físicas. Sua renda foi aumentando proporcionalmente as mudanças do corpo. Atualmente, cobra de R\$ 150 a R\$ 200 por hora.

Paola fez cirurgias plásticas e comprou bens. Atualmente está fazendo uma poupança, pois entende que vai ficar idosa e, como não paga tributos, não terá direitos trabalhistas na velhice.

Mesmo ganhando um valor significativo, ela está estudando para prestar vestibular e ter uma profissão onde possa exercer um trabalho formal. Sobre a renda mensal, Paola diz ganhar uma média de 5 salários mínimos, onde o valor seria em torno de R\$ 4.685,00.

A independência financeira fez com que Michele e Paola adquirissem mais liberdade e dignidade, possibilitando se sentirem responsáveis por suas escolhas. De tomar decisões que não dependam de outras pessoas, conseguindo, em parte, uma emancipação.

Apesar de o trabalho sexual oferecer retorno financeiro satisfatório e a possibilidade da travesti adquirir autonomia, existem implicações do trabalho que fazem com que elas não se sintam plenamente realizadas no serviço. Um desses pontos é a falta de reconhecimento do trabalho sexual como profissão. Esse é o primeiro fator que dificulta a emancipação.

Como ainda não há regulamentação, na grande maioria dos casos, as travestis são alvos de agenciadores ou agenciadoras que as exploram financeiramente, tornando-as vítimas de abusos e explorações. Isso facilita atos de discriminação, violência e exclusão.

Pelo fato de não existir uma regulação específica, as travestis acabam associando que o serviço prestado por elas não seja um trabalho, uma vez que são desprovidas de direitos e garantias trabalhistas.

Eu não considero meu trabalho como qualquer outro trabalho, porque não tem reconhecimento. Com ele eu não tenho minha carteira assinada, eu não tenho como comprovar a minha renda. E eu ganho muito mais que qualquer trabalhador concursado ou que já fez uma faculdade. Entendeu? Ganho muito mais por dia e por hora, porém o reconhecimento não existe. Eu não tenho seguro-desemprego e não tenho plano de saúde. Enfim, eu não tenho as regalias que outro trabalhador tem (Michele, 28 anos).

Tá difícil trocar os nomes das 'bichas', imagina assinar carteira (Paola, 26 anos).

Segundo Dejours (1999), no trabalho o sujeito necessita ter reconhecimento perante o outro, pois esse reconhecimento é imprescindível para que a relação identidade e prazer possam estar em equilíbrio. Esse fator impacta não apenas no seu ser, como também no seu fazer.

Essa realidade é vivenciada por Michele e Camila. As duas possuem uma boa renda, porém como não pagam tributos, ficam receosas em relação ao futuro,

principalmente na velhice de não terem acesso à aposentadoria ou a quem recorrer quando chegar esse período da vida.

A falta de reconhecimento, eu saber que se, por exemplo, eu ficar doente hoje, eu vou ficar alguns dias sem trabalhar e não vou ter um plano de saúde, não tenho como recorrer. Sabe... É a parte do trabalho que me deixa mais triste de todas, eu não tenho plano de saúde, somente para você que trabalha com carteira assinada (Michele, 28 anos).

Sim e não. Sim porque eu tenho rotina e organizo, faço marketing, tenho um site que me exibe e tudo. E não porque eu não tenho os mesmos direitos de um trabalhador comum, sabe? (Camila, 29 anos).

Como foi exposto no capítulo anterior, já se começa a vislumbrar que essa atividade possa ser regulamentada no Brasil. E não se trata apenas da criação de leis, mas de fazer com que essas trabalhadoras possam ser inseridas num sistema que lhes permitam adquirir mais dignidade.

Como último fator para a não emancipação: a violência praticada contra as trabalhadoras. Essa demanda acaba sendo um fator relevante, pois tanto elas, quanto suas companheiras é motivo de opressão, visto que são submetidas a um nível de sofrimento extremo e violenta repressão social.

É possível inferir que a trabalhadora do sexo travesti, ao longo da vida, sofre mais violências físicas e verbais, do que outros e outras da mesma classe de trabalho, pois carrega além do preconceito por ser travesti, a repressão social pelo trabalho que exerce.

As trabalhadoras do sexo vivenciam constantemente atos de violência, realidade que faz parte do cotidiano das travestis.

Várias, várias, várias morreram. Esse ano morreu uma bem próxima de mim... Ela estava na porta de casa, um cara matou ela com 6 tiros na cabeça. Eu fiquei arrasada, arrasada, arrasada. Eu tava em Manaus, ela tava em Brasília. Eu tava dormindo quando me ligaram, tinham acabado de matar ela, me ligaram: Ei, mataram a Tetê. Eu até me arrepio W. (me mostrou os cabelos do braço)... Eu pulei da cama. Ela era linda. Ela tinha 23 anos (Paola, 26 anos).

Muitas delas são mortas assassinadas ou pegam doenças sexualmente transmissíveis, principalmente o HIV. Essa é uma situação e uma verdade que me deixa muito triste (Michele, 28 anos)

Violência, já perdi muitas amigas, aqui em Manaus e fora de Manaus, sabe? Às vezes tem gente que mata por maldade mesmo, às vezes sim, as travestis facilitam. Não é fácil perder amigas que estão com a gente, depois a gente sabe que foram assassinadas. Isso me deixa triste (Camila, 29 anos).

Os assassinatos de colegas de trabalho são um dos principais motivos que causam sofrimentos. A morte traz um sentimento de angústia pela perda das colegas, somado, a um sentimento de medo, visto que podem ser acometidas do mesmo mal.

O sofrimento no trabalho sexual é um fato que impossibilita a emancipação. Segundo Dejours (2015), quando a relação do trabalhador com o trabalho não está em equilíbrio, a energia pulsional se acumula no aparelho psíquico, ocasionando um desprazer e tensão.

Nesse sentido, a violência sofrida pelas trabalhadoras visualizada por meios de assassinatos e agressões, causam tensão e um sentimento de angústia. Isso, ao longo do tempo, faz com que as mesmas interpretem o trabalho sexual como algo não possível de ser exercido plenamente.

A violência faz com que as trabalhadoras estejam sempre em estado de alerta: “Eu fico muito atenta quando estou com um boy, tento perceber pela conversa, pelo jeito, mas às vezes não dá, aí temos que encarar” (Michele, 26 anos). Essa questão nos evidencia que a travesti tem no seu cotidiano, uma preocupação com a sua integridade física, fazendo com que a mesma, já comece a buscar outro trabalho ou investir nos estudos para ampliar suas possibilidades de mercado.

O temor destacado tem sentido quando se apresentam as estatísticas em relação aos crimes praticados a esse grupo. Segundo o Relatório 2016: Assassinatos LGBT no Brasil, divulgado pelo antropólogo Luiz Mott e responsável pelo site ‘Quem a homofobia matou hoje’, sobre os números de mortes, enfatiza que:

São apenas a ponta de um iceberg de violência e sangue, pois não havendo estatísticas governamentais sobre crimes de ódio, tais números são sempre subnotificados já que nosso banco de dados se baseia em notícias publicadas na mídia, internet e informações pessoais. A falta de estatísticas oficiais, diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos, é prova da incompetência e homofobia governamental, já que a Presidenta Dilma prometeu aprovar, mas mandou arquivar o projeto de lei de criminalização e equiparação da homofobia ao racismo.

De acordo com as informações organizadas pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), foram assassinados 343 LGBTs no Brasil em 2016 e a cada 25 horas um LGBT é morto, vítima da “LGBTfobia”, tornando o país como um dos mais violentos do mundo de crimes dessa natureza. Um salto de 130 mortes em 2000, para 343 mortes em 2016.

Desse universo de 343 mortes, 44% (144) são travestis e transexuais, proporcionalmente, o risco de ser assassinada é 14 vezes maior que um gay no Brasil.

Segundo a agência internacional *transrespect.org* que faz um levantamento em tempo real de vários países, de 2008 a 2016, o Brasil teve 826 casos de assassinatos “*trans*”. Esse número é assustador quando comparado ao segundo país, o México, que no mesmo período, registrou 257 assassinatos.

Ao se apresentar os números de mortes, nota-se que o receio das travestis de sofrerem violências é real. E, por estarem no trabalho sexual, expostas quase que diariamente a essa realidade, acabam por não exercer sua atividade de maneira plena e tranquila.

Considerando a conjuntura em virtude da violência, pode-se compreender que o sofrimento no trabalho sexual dificulta a emancipação da trabalhadora, pois causa naturalmente um desprazer em relação ao trabalho e gera uma tensão cotidiana. Diante disso, há a necessidade de se pensar no combate aos crimes contra as travestis, para que as mesmas possam exercer seu trabalho com mais liberdade e vontade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas reflexões da identidade travesti, fiz uma analogia com as nuvens, que passavam sem muito alarde pelo quadrado da janela de casa. As nuvens, na maioria das vezes, são vistas de baixo, da terra. Ao longe elas têm um formato, algumas são bem nítidas, outras nem tanto.

Vista de cima, ficamos com a impressão de que as nuvens têm consistência, mas quanto você se aproxima, percebe que não há solidez ou formato fixo. A nuvem pode ser considerada uma miragem (RAMOS, 2012), pois quando chegamos mais próximo, não era o que pensávamos.

A vivência da travesti no processo de transformação, de encontro, busca e afirmação da identidade, esclarece-nos que o masculino e o feminino também podem ser uma miragem, reflexo de representações e papéis construídos historicamente, reforçados por um sistema de poder (FOUCAULT, 1988).

Assim como a sexualidade, os conceitos de masculino e feminino são fluídos, estando em constante processo de construção e desconstrução (BUTHER, 2003). Ou seja, talvez não exista fronteira entre masculino e feminino, mas sim miragens, que ao se chegar mais próximo, pode-se entender a construção.

A construção identitária da travesti pode evidenciar fluidez, processo nunca acabado, a possibilidade de ser o que desejar, de transitar entre o masculino e o feminino ou vice-versa. Talvez não seja o caminho entender o lugar da travesti, mas o não lugar.

A compreensão da travesti é realizada pela ótica do masculino e do feminino, mas talvez ela não esteja nesse lugar. E insistimos em tentar compreendê-la onde ela não está. Do mesmo modo como a nuvem faz seu percurso, a travesti faz o seu percurso, passou pelo masculino e o feminino, e só agora está sendo percebida, talvez por isso, muitas vezes, não compreendida.

No que tange ao trabalho sexual, é importante ressaltar que nem toda travesti, necessariamente, tornar-se-á trabalhadora do sexo. Muitas ocupam outros espaços de trabalho na sociedade, mas não se pode ignorar que muitas estão na atividade, em virtude do preconceito e exclusão da identidade sexual.

Depois de compreender as experiências das travestis, desde a infância até a fase adulta, entender como se constrói o caminho no entendimento da homossexualidade e travestilidade, de inseri-las na nova classe do precariado, de

analisar ainda os fatores aversivos e emancipatórios, pode-se retomar a pergunta do título da pesquisa: A travesti pinta o rosto para viver?

Poder-se-ia responder com um sim, mas estaria equivocado e incompleto, pois ela pinta o rosto por outros motivos:

Ela pinta o rosto para se tornar mais feminina.

Ela pinta o rosto para ser respeitada.

Ela pinta o rosto para se sentir incluída na sociedade.

Ela pinta o rosto por causa do preconceito.

Ela pinta o rosto para ter autonomia, independência.

Ela pinta o rosto pela falta de oportunidades no mercado formal.

Ela pinta o rosto porque, às vezes, é a única opção de trabalho.

A travesti pinta o rosto para viver.

As trabalhadoras do sexo podem ser pensadas como produto criado para alimentar uma sociedade hipócrita, que as tornam invisíveis, mas as procuram para satisfazer seus desejos e fantasias. O rosto pintado é a representação de uma atividade que movimenta vários interesses financeiros e sexuais.

A regulamentação talvez seja o caminho mais viável e rápido para o surgimento de políticas públicas específicas para esse grupo. Não podemos fingir que a problemática é irrelevante, tampouco de ser encoberta por valores morais e tradicionais ligados à estrutura patriarcal. O trabalho sexual também é uma questão de saúde pública.

A pesquisa também buscou dar visibilidade a essas pessoas, expondo as angústias de serem perseguidas e de sofrerem risco iminente de vida. Não se pode permitir que dezenas de trabalhadoras do sexo ou travestis continuem a serem assassinadas cotidianamente. Os crimes de homofobia e transfobia não podem, em hipótese alguma, serem vistos de forma natural pela sociedade.

Por fim, a trabalhadora do sexo travesti, nos ensina que para ser quem você é, plenamente, sem medo das agressões, paga-se um preço muito alto, por vezes com a vida. Mas elas não desistem, pintam o rosto todo dia, vestem-se com roupa provocante, para mostrar ao mundo que não desistirão facilmente.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Míriam. Paradoxos da identidade: A política de orientação sexual no século XX. **Revista de Sociologia e Política**. n.14, p. 163-171, Curitiba. jun/2000.

ARAUJO, Maria de Fátima. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. **Psicologia: Ciência e Profissão**. vol. 22, n.2, p. 70-77. São Paulo, 2002.

BENEDETTI, Marcos. **Toda feita**. Rio de Janeiro. Garamond, 2005.

BERENICE, Bento. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOER, Alexandre. **Construindo a Igualdade: a história da prostituição de travestis em Porto Alegre** – Porto Alegre: Igualdade, 2003.

BONOMO, Mariana. BARBOSA, Paola Vargas. TRINDADE, Zeide Araújo. Homens: gênero e identidade em grupos tradicionais, metrossexuais e homossexuais no Brasil. **Revista Electrónica de Psicología Política**. 6(17), 1-22, 2008.

BRASIL, Lei nº 12.015/2009 de 07 de agosto de 2009. Dispõe sobre os crimes hediondos. **Diário Oficial da União**, de 10/08/2009.

BRASIL, Lei nº 8.069/1990 (Lei ordinária) de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providencias. **Diário Oficial da União**, de 16/07/1990.

BRASIL, Projeto de Lei nº 98/2003 de 19 de fevereiro de 2003. Dispõe sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual e suprime os arts. 228, 229 e 231 do Código Penal. **Câmara dos Deputados**. Arquivado em 2012.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Habeas Corpus Nº 211.888 - (2011/0152952-2). Roubo impróprio. Nulidade da sentença. Supressão de instância. Nulidade do acórdão. Mutação dos costumes. Serviço de natureza sexual em troca de remunera o. Ausência de pagamento. Uso da força com o fim de satisfazer pretensão legítima. Caracteriza o do delito previsto no art. 345 do código penal. Prescri o da pretensão punitiva. Ocorrência. Ordem concedida de ofício. **JusBrasil.Tocantins**, p. 1 a 14, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 2003.

CARDOSO, Fernando Cardoso. Inversões do papel de gênero: "Drag queens", travestismo e transexualismo. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. 18 (3), 421 – 430, 2005.

CASS, Vivienne. Homosexual identity formation: A theoretical model. **Journal of Homosexuality**. New York, v. 4, p. 219-235, 1979.

CAVALCANTE, Lidiany de Lima. **Sob o véu da homossexualidade: Rela es como espaço de conflito, poder e reconhecimento em Manaus**. Tese (Doutorado) – Sociedade e Cultura na Amazônia – Universidade Federal do Amazonas, 2015.

CEARA, Alex de Toledo; DALGALARRONDO, Paulo. Transtornos mentais, qualidade de vida e identidade em homossexuais na maturidade e velhice. **Revista de psiquiatria clínica**. vol 37, n.3, p. 118-123. São Paulo, 2010.

CLASSIFICA O BRASILEIRA DE OCUPA OES (CBO). Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf> Acesso em 06 de Dezembro de 2015.

CORALINA, Cora. **Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais**. Editora Global. 1987.

COSTA, Luciano Rodrigues. A construção da precariedade: o setor da construção civil no Brasil e na França. In PERALVA, Angelina e TELLES da S. **Ilegalismos na globalização: migrações, trabalho**. Mercados. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

COTRIM, Gilberto. **História Global - Brasil e Geral**. 10ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DEL PRIORE, Mary. **História de amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

DEJOURS, Christophe. ABDOUCHELI, Elisabeth. JAYET, Christian. **Psicodinâmica do Trabalho, contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. Tradução Maria Irene Stocco Betiol, 16ª reimpressão, São Paulo: Atlas, 2015.

_____. **Conferências brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho**. São Paulo: Fundap: EAESP/FOV, 1999

Dicionário Aurélio, 2017. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/> Acessado em: 12/04/2017.

DUQUE, Andrews do Nascimento. **Ser travesti: Significados atribuídos por um grupo de travestis da cidade de Manaus**. Dissertação de Mestrado em Psicologia - Universidade Federal do Amazonas, 2015.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Travestis e prisões – Experiência social e mecanismos particulares de encarceramento no Brasil**. Curitiba: Multideia, 2015.

FISCHER, Nicolas Gustave. **Os conceitos fundamentais da psicologia social**. Porto Alegre: Instituto Piaget, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

_____. **História da sexualidade II: O uso dos prazeres.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque) Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.

_____. **Vigiar e Punir.** 36ª Edição. Petrópolis, Vozes, 2009.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. In: Motta, M. B. (org.). **Ditos e escritos IV: Foucault. Ética, sexualidade, política.** Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2004.

GARCIA, Agnaldo. SOUZA, Eloisio Moulin de. Sexualidade e trabalho: estudo sobre a discriminação de homossexuais masculinos no setor bancário. **Revista de Administração Pública.** vol.44, n.6, p. 1353-1377. Rio de Janeiro, 2010.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Alguns aspectos da construção do gênero entre travestis de baixa renda. **Psicologia USP.** v. 20, n. 4, p. 597-618. São Paulo, 2009.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas.** Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GOMES, Romeu. Prostituição: Uma Questão de Saúde Pública. **Cadernos Saúde Pública.** v.10, n.1, p. 58-66, janeiro – março. Rio de Janeiro, 1994.

GUEDES, Rebeca Nunes; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. A autonomia como necessidade estruturante para o enfrentamento da violência de gênero. **Revista da Escola de Enfermagem – USP.** 45, N.2, p.1731-5, São Paulo, 2011.

GUIMARAES, Anderson Fontes Passos. O desafio histórico de "tornar-se um homem homossexual": um exercício de construção de identidades. **Temas em psicologia.** vol.17, n.2, p. 553-567. Bahia, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Os dilemas da globalização – fragmentação. In Haesbaert, Rogério. **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. 2 ed. Niterói: Editora UFF, 2013.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 10 ed. São Paulo: DP&A, 1999.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Rendimento Médio Real, 2016**. Disponível:http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/pme_201602tm_02.shtm. Acesso em: 05/02/2017.

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Tradução: Cesar Gordon – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MANUAL DE COMUNICAÇÃO LGBT. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) – 2013.

MISKOLCI, Richard. **Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer. Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito** / Luiz Antônio Francisco de Souza, Thiago Teixeira Sabatine e Boris Ribeiro de Magalhães (orgs.). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

MOCELLIN, Renato. **As mulheres na antiguidade**. São Paulo: Editora do Brasil, 2014.

MOREIRA, Isabel Cristina Cavalcante Carvalho. MONTEIRO, Claudete Ferreira de Souza. Vivência da entrevista fenomenológica com prostitutas: relato de experiência. **Revista Brasileira de Enfermagem**. v.62, n.5, p. 789-92, setembro – outubro, Brasília, 2009.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a Sexualidade**. 5.ed. Campinas: Papyrus, 1987

OLTRAMARI, Leandro Castro. Política e sexualidade: notas sobre o combate ao preconceito contra os homossexuais. **Psicologia & Sociedade**. 22(3), 608-611, Santa Catarina, 2010.

Organização Internacional *Transrespect*. **Levantamento em tempo real de assassinatos de Transexuais no mundo**. Disponível em: http://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/?submap=tmm_2010. Acesso em: 07/04/2017.

PASSOS, Afonso Dias Costa. FIGUEIREDO, José Fernando de Castro. Fatores de risco para doenças sexualmente transmissíveis entre prostitutas e travestis de Ribeirão Preto (SP), Brasil. **Revista Panamerica Salud Publica**. 16(2): 95–101, 2004.

PECHENY, Mário. **Identidades Discretas. Homossexualidade: Produção Cultural, Cidadania e Saúde**. Organizadores Luís Felipe Rios [et al.]. Rio de Janeiro: ABIA, 2004.

PELUCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu**. n. 25, págs. 217-248, Campinas, dez. 2005.

PEREIRA, Bill. AYROSA, Eduardo André Teixeira; OJIMA, Sayuri. Consumo entre gays: compreendendo a construção da identidade homossexual através do consumo. **Cadernos EBAPE**. BR, vol.4, n.2, p. 01-16, 2006.

PERES, Willian Siqueira. **Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos. Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito / Luiz Antônio Francisco de Souza, Thiago Teixeira Sabatine e Boris Ribeiro de Magalhães (orgs.) – Marília. : Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.**

PRADO, Marco Aurélio Máximo. MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexuais: A hierarquia da visibilidade**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. AQUINO, Tathiane Araújo. CABRAL, Euclides Afonso. **Dossiê: A Geografia dos Corpos das Pessoas Trans**, 2017. Disponível: http://redetransbrasil.org/uploads/7/9/8/9/79897862/redetransbrasil_dossier_1.pdf

RAMALHO, Nélon. O trabalho sexual: discursos e práticas dos assistentes sociais em debate. **Revista Latino-americana Sexualidad, Salud y Sociedad**. n.12 – dec. p.64-91. 2012.

RAMOS, Maria. **Miragens no deserto**. In vivo Ciência, 2012. Disponível em: <http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=756&sid=9>, Acesso em: 17/04/2017.

Relatório da Rede sobre o Trabalho Sexual (RTS). **Recomendações para a redefinição do enquadramento jurídico do trabalho sexual em Portugal pela Agência Piaget para o Desenvolvimento (APDES), 2012**. Disponível em: <http://www.apdes.pt/assets/apdes/RTS/Recomendacoes%20RTS>. Acesso em 08/10/2016.

Relatório 2016 – **Assassinatos de LGBT no Brasil** – Grupo Gay da Bahia, 2016. Disponível em: <https://homofobiamata.wordpress.com/estatisticas/relatorios/> Acessado em: 10/02/2017.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. O Sistema de Justiça Criminal e a prostituição no Brasil Contemporâneo: Administração de conflitos, discriminação e exclusão. **Sociedade e Estado**. v. 19, n.1, p. 121-150, Janeiro – Junho, Brasília, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o Social e o Político na Pós-modernidade**. 7. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SCARDUA, Anderson, SOUZA FILHO, Edson Alves de. O Debate sobre a Homossexualidade Mediado por Representações Sociais: Perspectivas Homossexuais e Heterossexuais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 19 (3), 482-490, Poro alegre, 2006.

SILVA, Edil Ferreira da. COSTA, Daysse Beserra. NASCIMENTO, José Ulisses do. O trabalho das profissionais do sexo em diferente lócus de prostituição da cidade. **Psicologia: Teoria e Prática**. v. 12, n.1. p. 109-122. 2010.

SIMMEL, Georg. **Filosofia do amor**. Tradução Eduardo Brandão. 3ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SOUSA, Fabiana Rodrigues de. **A noite também educa: compreensões e significados atribuídos por prostitutas à prática da prostituição**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: UFSCar, 2012.

STANDING, G. **O precariado: a nova classe perigosa**. Tradução Cristina Antunes, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

THERBON, G. Dimensões da globalização e a dinâmica das (des) igualdades. In Gentilli Pablo (Org.) **Globalização excludente. Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis, Rio de Janeiro; Buenos Aires: CLACSO, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. Moralidade brasílica. In: SOUZA, Laura de Mello e/ NOVAIS, Fernando **A. História da vida privada no Brasil I**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VIEIRA, Luciana Leila Fontes. As múltiplas faces da homossexualidade na obra freudiana. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, vol.9, n.2, p. 487-525, jun/2009.

YIN, Robert. **Estudo de Caso - Planejamento e Métodos** - 4ª Ed. Editora Bookman: 2010.

ZITKOSKI, Jaime José. **Humanização/desumanização**. In. Streck, Danilo R; Redin, Euclides; Zitkoski, Jaime José (org.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

APENDICÊ 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA (PPGSCA)

Perfil Socioeconômico

1 Idade: _____

2 Estado Civil:

- () Solteira () Divorciada () Casada () Viúva
() União estável () Outros

3 Religião:

- () Católica () Espírita
() Evangélica () Religião de matriz africana
() Protestante () Outras: _____

4 Você se considera:

- () Branca () Preta () Parda () Amarela
() Indígena () Não declarou

5 Identidade de Gênero: _____

6 Você possui filhos?

- () Não.
() Sim. Quantos? _____

7 Em que país/estado/cidade nasceu?

País: _____ Estado: _____ Cidade: _____

**8 Já trabalha ou trabalhou em outro serviço ou atividade profissional? Qual?
Por quanto tempo?**

9 Há quanto tempo você trabalha na atividade atual?

- () Menos de 1 ano.
() Entre 1 a 5 anos.
() Entre 5 a 10 anos.
() Entre 10 a 15 anos.
() Entre 15 a 20 anos.
() Mais de 20 anos.

10 Quem mora com você?

- () Moro sozinho(a)
() Pai e mãe
() Esposo/marido/companheiro

- Filhos
- Irmãos
- Outro parentes
- Amigos ou colegas

11 Quantas pessoas contribuem nas despesas da casa (obs.: se mora alguém)?

12 Qual a sua renda mensal individual?

- Menos de 01 salário mínimo
- Entre 1 e 2 salários mínimos
- Entre 3 2 4 salários mínimos
- Mais de 5 salários mínimos

13 Você mora em:

- Casa Apartamento Quitinete Outros: _____

14 Sua residência é:

- Própria Alugada Cedida/Emprestada
 Outros: _____
-

15 Escolaridade

- Nunca frequentou a escola.
- Ensino fundamental completo (antigo 1º grau).
- Ensino fundamental incompleto (antigo 1º grau).
- Ensino médio completo (antigo 2º grau).
- Ensino médio incompleto (antigo 2º grau).
- Superior completo.
- Superior incompleto.
- Pós-graduação

16 Qual o meio de transporte que você utiliza para ir ao trabalho?

- Carro Ônibus A pé Moto
 Carona

Outros: _____

APENDICÊ 2

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA (PPGSCA)

Entrevista semiestruturada

Dados pessoais da infância

- a) Como foi a sua infância até aos 12 anos?

Dados pessoais da adolescência

- a) Descreva como foi a sua adolescência em relação aos amigos, a família e namoros.
b) Como você percebia as transformações da puberdade?

Dados sobre a sexualidade e homossexualidade

- a) Em que período da sua vida você percebeu que gostava de pessoas do sexo aposto? Como foi o período de aceitação?
b) Algum momento pensou que esses sentimentos iriam passar?
c) Em que período da sua vida revolveu que iria assumir sua homossexualidade?
d) Como foi a sua primeira experiência homossexual?

Dados sobre a construção identitária e transformação corporal

- a) O que é ser uma travesti pra você?
b) Como foi esse processo de transformação física?
c) Quais foram os medos ou receios nesse período de transformação?

Dados sobre o trabalho sexual

- a) Como foi sua iniciação no trabalho sexual?
b) Qual foi o principal motivo de você começar a entrar no ramo dos serviços sexuais?
c) Descreva seu planejamento antes sair para o trabalho?
d) Quais foram os seus sentimentos (medo, ansiedade) no começo da atividade? E hoje o que mudou?
e) Você gosta do que faz?
f) O que você pensa no trajeto: do fechamento do serviço até chegar ao local do programa, em relação ao cliente?
g) Já pensou em trabalhar em outra atividade profissional?
h) Que tipo de prazer o trabalho sexual proporciona?
i) Para você quais os benefícios dessa atividade? E quais as dificuldades?
j) Você considera sua renda satisfatória?
l) Você considera a sua atividade um trabalho como qualquer outro?

m) Sabe de algum programa do governo direcionado exclusivamente para esse tipo de trabalho?

Dados sobre o sofrimento no trabalho

- a) Ouve alguma situação que te deixou triste em relação as suas colegas de trabalho?
- b) Que situação te deixa mais triste no seu trabalho?
- c) Se te causou tristeza. Sente vontade de mudar de atividade?

APENDICÊ 3



Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura
na Amazônia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Venho através deste, convidá-la a participar da pesquisa, intitulada “O travesti pinta o rosto pra viver?”: As vivências das trabalhadoras do sexo na cidade de Manaus realizada como exigência do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, realizada pelo mestrando Washington Napoleão Eufrázio (e-mail: w.napoleao@yahoo.com.br, telefone: 92 99375-2227), orientado pela Prof^a Dr^a Simone Eneida Baçal de Oliveira (e-mail: sisioliveira@uol.com.br, telefone: 92 99606-8074). Para qualquer dúvida pode-se também consultar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), localizado no endereço: rua Teresina, 4950, bairro Adrianópolis, telefone 3305-1181, ramal 2004, email: cep.ufam@gmail.com.

Essa pesquisa tem por objetivos analisar as condições objetivas e subjetivas das trabalhadoras do sexo em relação ao trabalho sexual; Identificar os aspectos educacionais, sociais e econômicos das travestis que trabalham oferecendo serviços sexuais; Conhecer as vivências pessoais das travestis que exercem o trabalho sexual como atividade profissional e discutir as políticas públicas existentes pelo governo federal, estadual e municipal que potencializam a valorização profissional dessas trabalhadoras.

O responsável pela pesquisa dará assistência integral para qualquer sujeito que tiver riscos oriundos desta entrevista. A presente pesquisa utilizará entrevista que envolve questões que poderão causar aos sujeitos certo desconforto, por se tratar de conteúdos íntimos, sendo possível o sujeito reviver algumas situações desagradáveis. O atendimento poderá ocorrer no Centro de Serviço de Psicologia Aplicada (CSPA) da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Embora o estudo não traga benefícios diretos para os participantes, espera-se entender as possíveis implicações que estão presentes no processo do trabalho sexual, especificamente no contexto do grupo das travestis, que este estudo possa instigar a elaboração de estudos mais aprofundados que envolvem questões sobre o trabalho sexual.

O pesquisador se compromete a oferecer assistência integral atendendo complicações e danos decorrentes, direta ou indiretamente, da pesquisa, conforma a resolução 466/12. Está assegurado o direito a indenizações e cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa, conforme a mesma resolução. Todos os custos do participante serão ressarcidos pelo pesquisador, quanto ao transporte e alimentação ou qualquer outro custo que o entrevistado tiver.

Esta pesquisa vai preservar a imagem dos participantes, onde nomes das entrevistadas serão substituídos por pseudônimos, bem como qualquer outro dado que possa identificar os sujeitos serão retirados do relatório final da pesquisa. A entrevista será gravada e as informações contidas serão altamente sigilosas. Informamos que a qualquer momento você poderá desistir da participação da mesma. Pode, também, fazer qualquer pergunta sobre a pesquisa ao nosso pesquisador. Podendo entrar em contato com o pesquisador a qualquer momento para obter informações sobre a pesquisa.

Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e aceitar participar do estudo, solicitamos a assinatura do mesmo em duas vias, ficando uma em seu poder.

Eu, Sra _____,
fui informada sobre a pesquisa, concordo em participar da mesma, permitindo que as respostas que dei sejam usadas nesta pesquisa.

Manaus, _____ / _____ / _____

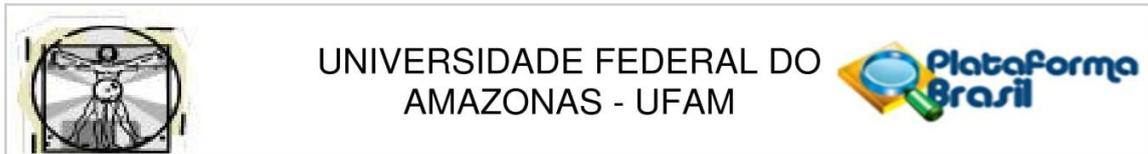


Impressão de dedo polegar
(caso não saiba assinar)

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador

ANEXO 1



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: "O travesti pinta o rosto pra viver": As vivências das trabalhadoras do sexo da cidade de Manaus.

Pesquisador: WASHINGTON NAPOLEAO EUFRÁZIO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 61227716.7.0000.5020

Instituição Proponente: Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.894.118

Apresentação do Projeto:

A pesquisa intitulada "O travesti pinta o rosto pra viver?": As vivências das trabalhadoras do sexo da cidade de Manaus. tem como objetivo principal analisar as condições objetivas e subjetivas das trabalhadoras do sexo em relação ao trabalho sexual, e como os objetivos secundários identificar os aspectos educacionais, sociais e econômicos das travestis que trabalham oferecendo serviços sexuais, conhecer as vivências pessoais das travestis no que concerne ao trabalho sexual e discutir as políticas públicas existentes pelo governo federal, estadual e municipal que potencializam a valorização profissional dessas trabalhadoras. A pesquisa terá cunho qualitativo, por que será baseada em dados coletados em interações sociais, analisadas a partir dos significados que as trabalhadoras atribuem aos fatos, as situações, etc. Realizada através de entrevistas semiestruturadas e avaliação do perfil socioeconômico. Para a análise dos dados e das informações, utilizar-se-á uma das estratégias do estudo de caso: a Estratégia Contando com Proposições Teóricas, que se caracteriza por buscar uma apreensão de significados na fala dos sujeitos, interligada ao contexto em que eles se inserem e delimitada pela abordagem conceitual do pesquisador.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 1.894.118

Analisar as condições objetivas e subjetivas das trabalhadoras do sexo em relação ao trabalho sexual. Objetivos Secundários: Identificar os aspectos educacionais, sociais e econômicos das travestis que trabalham oferecendo serviços sexuais. Conhecer as vivências pessoais das travestis no que concerne ao trabalho sexual. Discutir as políticas públicas existentes pelo governo federal, estadual e municipal que potencializam a valorização profissional dessas trabalhadoras.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde ressalta os riscos que existem em pesquisas envolvendo seres humanos e a relação com os possíveis benefícios. A presente pesquisa utilizará entrevista que envolve questões que poderão causar aos sujeitos certo desconforto, por se tratar de conteúdos íntimos, sendo possível o sujeito reviver algumas situações desagradáveis. O responsável pela pesquisa dará assistência integral para qualquer sujeito que tiver riscos oriundos desta pesquisa. O atendimento poderá ocorrer no Centro de Serviço de Psicologia Aplicada (CSPA) da UFAM (Universidade Federal do Amazonas).

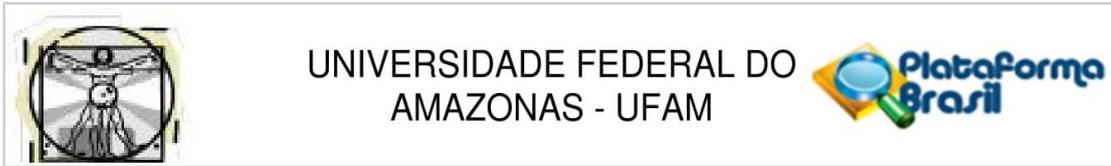
Benefícios:

Embora o estudo não traga benefícios diretos para os participantes, espera-se entender as possíveis implicações que estão presentes no processo do trabalho sexual, especificamente no contexto do grupo das travestis, que este estudo possa instigar a elaboração de estudos mais aprofundados que envolvem questões sobre o trabalho sexual. O pesquisador se compromete a oferecer assistência imediata – é aquela emergencial e sem ônus de qualquer espécie ao participante da pesquisa, em situações em que este dela necessite. E assistência integral – é aquela prestada para atender complicações e danos decorrentes, direta ou indiretamente, da pesquisa, conforma a resolução 466/12. Está assegurado o direito a indenizações e cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa, conforme a mesma resolução.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um projeto de WASHINGTON NAPOLEAO EUFRÁZIO, do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA - Ufam. A pesquisa terá cunho qualitativo, por que será baseada em dados coletados em interações sociais, analisadas a partir dos significados que as trabalhadoras atribuem aos fatos, as situações, etc. Realizada através de entrevistas semiestruturadas e avaliação do perfil socioeconômico. Para a análise dos dados e das informações, utilizar-se-á uma das estratégias do estudo de caso: a Estratégia Contando com

Endereço: Rua Teresina, 4950
Bairro: Adrianópolis **CEP:** 69.057-070
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3305-5130 **Fax:** (92)3305-5130 **E-mail:** cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 1.894.118

Proposições Teóricas, que se caracteriza por buscar uma apreensão de significados na fala dos sujeitos, interligada ao contexto em que eles se inserem e delimitada pela abordagem conceitual do pesquisador. O local das entrevistas será no CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS ADAMOR GUEDES, na Gerência Diversidade e Gênero – SEJUSC.

Critério de Inclusão: Ser trabalhadora do sexo a mais de 2 anos. Pressupõe-se que, nesse tempo mínimo estipulado, a profissional possa ter vivido experiências variadas, que possibilite uma investigação mais apurada da atividade; Ser travesti, em outras palavras, indivíduos que nascem com o órgão genital masculino e que, ao longo do tempo, procuram inserir em seu corpo características associadas ao corpo feminino, mas sem extirpar a genitália (Pelúcio 2006); Ter 18 anos ou mais; Estar de acordo em participar da pesquisa; Ter assinado o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido); Ser membro do Centro Estadual de Referência em Direitos Humanos Adamor Guedes ou ter sido indicado pela direção ou pelos próprios membros ou participantes da pesquisa. **Critério de Exclusão:** Indivíduos que tenham menos de 18 anos; As que se recusarem a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e não ter sido indicado por algum membro do centro ou dos já participantes da pesquisa; As que, por motivos particulares, recusarem-se a expor sua vida íntima, pois a intenção da pesquisa não é trazer constrangimentos à participante do estudo. Tamanho da Amostra no Brasil: 5

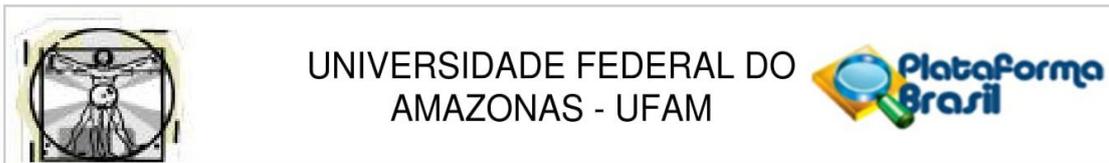
Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- 1- Folha de rosto - Adequada, assinada pela vice-coordenadora do Programa;
- 2- Termo de Concordância – embora em papel timbrado da PREFEITURA DE MANAUS - CENTRO ESTADUAL DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS ADAMOR GUEDES, constata-se uma solicitação para realização da pesquisa. No mesmo documento é manifestada a concordância para realização da mesma. O documento está assinado e carimbado;
- 3-TCLE – adequado;
- 4-Instrumento de Coleta de dados – apresentado o roteiro da entrevista;
- 5- Critérios de inclusão e exclusão - apresentados;
- 6- Riscos e benefícios – adequados;
- 7- Cronograma – inadequado, prevê coleta de dados para 09/01/2017 a 28/01/2017; PERÍODO?
- 8- Orçamento – adequado;

Recomendações:

- 1- Inserir números de telefones fixos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido!
- 2- Atentar para o cronograma de coleta de dados. CONFORME FOI DITO, O CEP/Ufam NÃO SE

Endereço: Rua Teresina, 4950	
Bairro: Adrianópolis	CEP: 69.057-070
UF: AM	Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-5130	Fax: (92)3305-5130 E-mail: cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 1.894.118

RESPONSABILIZA POR PESQUISAS EM QUE OS DADOS FORAM COLETADOS SEM APROVAÇÃO DO PROTOCOLO NESTE COMITÊ!

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

REITERANDO:

1- Inserir números de telefones fixos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido!

CONFORME O PRIMEIRO PARECER ENCAMINHADO SOLICITOU-SE:

"1.O TCLE deverá ser elaborado, com base no abaixo descrito. Deverá também ser redigido em papel timbrado e logotipo da UFAM. 2.O TCLE deve ser redigido em forma de convite, mencionando após o convite inserir o título da pesquisa e após, o nome do(a) pesquisador(a) responsável com endereço institucional, telefone fixo e email, e em seguida o nome do(a) orientador(a) ou dos colaboradores (caso haja), com endereço institucional, telefone fixo e email."

2- Atentar para o cronograma de coleta de dados. CONFORME FOI DITO, O CEP/Ufam NÃO SE RESPONSABILIZA POR PESQUISAS EM QUE OS DADOS FORAM COLETADOS SEM APROVAÇÃO DO PROTOCOLO NESTE COMITÊ!

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_800749.pdf	07/12/2016 18:04:45		Aceito
Outros	Roteiro_Entrevista.doc	07/12/2016 18:04:08	WASHINGTON NAPOLEAO EUFRÁZIO	Aceito
Outros	Termo_de_anuencia.pdf	07/12/2016 18:01:34	WASHINGTON NAPOLEAO EUFRÁZIO	Aceito
Outros	Carta_Resposta.doc	07/12/2016 17:59:34	WASHINGTON NAPOLEAO EUFRÁZIO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	07/12/2016 17:57:59	WASHINGTON NAPOLEAO EUFRÁZIO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_CEP.doc	27/09/2016 17:41:18	WASHINGTON NAPOLEAO EUFRÁZIO	Aceito

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

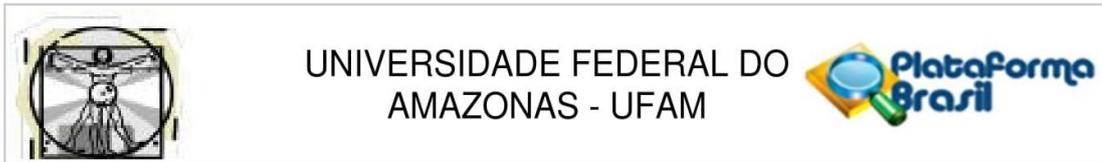
UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 1.894.118

Folha de Rosto	Folha_de_rosto.doc	27/09/2016 17:39:19	WASHINGTON NAPOLEAO EUFRÁZIO	Aceito
----------------	--------------------	------------------------	------------------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 19 de Janeiro de 2017

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador)

Endereço: Rua Teresina, 4950
Bairro: Adrianópolis **CEP:** 69.057-070
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3305-5130 **Fax:** (92)3305-5130 **E-mail:** cep@ufam.edu.br